



CENTRO DE ESTUDOS  
AFRICANOS

**Impactos da ocupação  
colonial nas sociedades rurais  
do sul de Angola**

**Elisete Marques da Silva**

CEA - Centro de Estudos Africanos  
ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa  
Avenida das Forças Armadas, Edifício ISCTE, Sala 2N17  
1649-026 Lisboa - Portugal  
Tel: +351 217 903 067 | Fax: +351 217 955 361  
URL: <http://cea.iscte.pt> | E-mail: [cea@iscte.pt](mailto:cea@iscte.pt)

8

# **Impactos da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola**

**Elisete Marques da Silva**

OCCASIONAL PAPER SERIES NR. 8

Elisete Marques da Silva, natural de Angola, licenciada em Serviço Social (Luanda) e em Ciências Sociais (Estrasburgo), é desde 1976 docente de Serviço Social e Sociologia da Educação no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, e desde 1981 investigadora do Centro de Estudos Africanos do ISCTE, com trabalhos e publicações sobre Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Criado em 1981, o Centro de Estudos Africanos tem como objectivo promover, de forma consequentemente interdisciplinar, os estudos africanos em ciências sociais.

Sediado no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa, o CEA dispõe de personalidade jurídica própria e de autonomia institucional, concebendo-se como espaço aberto a todos os cientistas sociais em Portugal que se identificam com o objectivo atrás enunciado.

O CEA é, essencialmente, um centro de investigação. A diversidade das formações e dos interesses científicos dos seus actualmente mais de 120 sócios confere-lhe uma capacidade de investigação numa variedade de áreas temáticas ligadas à realidade contemporânea dos países e das sociedades africanas.

Com base na sua investigação, o CEA organiza frequentes debates científicos, sempre com uma forte componente internacional. As suas publicações incluem, para além da presente revista, uma série de cadernos monográficos (working papers). A sua cooperação com instituições científicas nos países africanos de língua oficial portuguesa visa o desenvolvimento das ciências sociais nestes países.

O trabalho do CEA deu origem à criação no ISCTE, em 1997, da Área de Estudos Africanos, unidade departamental encarregada de organizar cursos de licenciatura e de mestrado, bem como um programa doutoral, no domínio do desenvolvimento e dos estudos africanos. Entre esta Área e o CEA existem laços estreitos de colaboração.

ISBN nº: 972-8335-08-3

**CEA/ISCTE**  
**Centro de Estudos Africanos**  
Ed. ISCTE, Av. Forças Armadas  
1649-026 Lisboa Portugal

Tel: (+351) 21 7903067 Fax: (+351) 21 7955361 E-mail: [cea@iscte.pt](mailto:cea@iscte.pt)

Website: [www.cea.iscte.pt](http://www.cea.iscte.pt)

As opiniões expressas responsabilizam exclusivamente os respectivos autores.  
Maio de 2003

# Impactos da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola

## Introdução

O presente trabalho propõe-se dar um contributo ao estudo das transformações ocorridas nas sociedades rurais do Sul de Angola, em função da ocupação colonial, a partir dos anos 20 e até ao momento da descolonização.

Esta realidade foi na altura o objecto de poucos trabalhos de índole científica, e desde a independência registam-se até à data apenas contribuições pontuais.<sup>i</sup>

Nesta situação parece oportuno pôr a proveito, para efeitos de análise, o manancial muito considerável de dados acumulados entre 1964 e 1974 pela então Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA). Este organismo foi um dos muitos criados na sequência da decisão da FAO de se organizarem em toda a África levantamentos da realidade rural<sup>ii</sup>. Sendo dirigida por elementos distanciados do sistema colonial, e dispondo de um competente corpo de inquiridores oriundos das sociedades rurais angolanas e com elas identificados<sup>iii</sup>, a MIAA produziu um conjunto de relatórios de uma riqueza excepcional, cuja utilização - em combinação com outros tipos de fontes, incluindo dados orais recolhidos pela autora - permite avanços significativos no conhecimento de situações e processos que se afiguram essenciais para a compreensão das realidades contemporâneas.

São estes mesmos avanços que põem em relevo o quanto ainda resta por investigar. Em particular, apontam para a necessidade de se captarem, em termos de antropologia social, de sociologia rural e mesmo de etno-agronomia, as lógicas das diferentes sociedades sob exame<sup>iv</sup>. O que se pode esperar é que o presente estudo possa fornecer alguns estímulos para investigações desta natureza.

## Caracterização do universo sob análise

As populações examinadas neste estudo residem na área definida pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) como o “Universo agropastoril” ou “complexo do leite”<sup>v</sup>. A unidade deste universo é constituída, essencialmente, pelo carácter pastoril ou agropastoril da economia africana aí prevalecente<sup>vi</sup>, em situações bastante diferenciadas e que levaram à distinção de 9 zonas (veja mapa anexo).

*Grosso modo*, a área compreendida no universo situa-se a sul e a sudoeste do Planalto Central, estendendo-se até à fronteira com a Namíbia. As condições ecológicas são bastante variadas, predominando diferentes formas de savana. Destacam-se duas baixas desérticas (as extensões setentrionais do Namibe e do Calahari) e o Planalto da Huíla. A Norte situam-se as regiões de transição para o Planalto Central. A área possui “clima subtropical” com duas estações, uma quente e húmida e outra fria e seca. Existem apenas três rios perenes: o Catumbela, o Cunene e o Cubango<sup>vii</sup>.

A densidade populacional é baixa e irregular, variando de menos de 1 habitante/km<sup>2</sup> a sudeste, para 25 hab/km<sup>2</sup> no Planalto<sup>viii</sup>. Nas regiões extra-urbanas a densidade populacional situa-se, geralmente, abaixo de 4 hab/km<sup>2</sup> ix. A população total do universo em 1970 era de aproximadamente 1.100.000, constituindo a população preta cerca de 92%, a branca pouco mais de 5% e a mestiça ao redor de 2%<sup>x</sup>. A população africana vivendo à base de uma economia rural “tradicional”, pode ser estimada em cerca de 800.000<sup>xi</sup>.

Os africanos do universo agropastoril pertencem a uma variedade de grupos étnicos com pesos demográficos bastante diferentes. As afinidades e diferenças entre estes grupos variam hoje fortemente, segundo o critério adoptado, de modo que o seu agrupamento é frequentemente difícil. De acordo com a tradição etnológica predominante<sup>xii</sup>, distinguem-se comumente, alguns grandes grupos etno-linguísticos. No universo agropastoril são numericamente mais importantes os Nyaneka-Nkhumbi, que constituem, na verdade, um conjunto relativamente heterogéneo<sup>xiii</sup>, os Ambó que continuam a representar uma “nação”<sup>xiv</sup> e povos de uma feição agropastoril mais ou menos marcada, mas culturalmente assimilados aos Ovimbundu<sup>xv</sup>. Igualmente instalados no universo desde épocas recuadas há os grupos mais pequenos dos Herero, dos Ngangela e dos Mbukushu, bem como grupos residuais de origem não banta. Já no século XX, penetraram em partes do universo grupos de Cokwe<sup>xvi</sup>. Enquanto não se dispõe de dados permitindo estabelecer a importância numérica relativa destes grupos, no total da população africana do universo<sup>xvii</sup>, pode estimar-se as suas proporções na população integrada na economia agropastoril tradicional: 46% para os Nyaneka-Nkhumbi, 32% para os Ovimbundu, 13% para os Ambó, 3% para os Cokwe, 3% para os Ngangela, 2,5% para os Herero e 5% para os demais grupos<sup>xviii</sup>.

A análise das populações agropastoris aqui ensaiada está sujeita a severas limitações pela impossibilidade de se realizarem, no momento, as investigações extensas que um tratamento mais diferenciado da temática exigiria. No entanto, uma primeira achega, embora de carácter provisório e um tanto esquemática, parece possível graças à existência de um certo número de fontes hoje disponíveis<sup>xi</sup>. Além disto, usam-se os dados de dois inquéritos sociológicos realizados em 1970, um chamado “sócio-educacional” que cobriu o universo agropastoril por meio de uma amostragem representativa, outro chamado “rural”, dirigido à totalidade dos agregados familiares de dois núcleos populacionais do universo<sup>xx</sup>. Com base neste material, tentar-se-á esboçar um quadro global da situação prevalente no universo e dos principais processos de transformação ocorridos na fase da ocupação colonial, na expectativa de que, futuramente, estudos diferenciados das condições específicas em que se encontraram as diferentes sociedades, tornem possível uma análise mais aprofundada da região.

Na medida em que, neste ensaio, a situação nas diferentes zonas geo-económicas servirá de referência permanente, parece oportuno proceder inicialmente a uma caracterização sumária de cada zona.

A Zona 22/29 ocupa a faixa litoral do universo, compreendendo a parte angolana do deserto do Namibe e predominantemente caracterizada por diferentes formações estépicas com arbustos (ou arbustos e árvores). Para além das cidades do Lobito, Benguela, Moçâmedes e Porto Alexandre, destacava-se a Bibala como centro populacional urbano de alguma importância. A população europeia concentrava-se nestes centros urbanos. Em termos da ocupação de terreno, destacam-se os nómadas Herero que, no entanto, constituíam apenas 15% da população rural africana da zona<sup>xxi</sup>. 65% eram Nyaneka-Nkhumbi, pertencentes a diversos subgrupos, com grande concentração na área da Bibala. Os Ambó, os Ovimbundu, etnias de origem não banta (Kwisi, Kwepe) e os Ovimbali (descendentes “aportuguesados” de escravos na região de Moçâmedes) representam minorias com um peso de cerca de 5% cada uma. O número de explorações familiares africanas recenseadas foi de apenas 4.236<sup>xxii</sup>. A densidade demográfica rural é inferior a 1 hab/km<sup>2</sup> no sul e de 3 hab/km<sup>2</sup> a norte<sup>xxiii</sup>.

A Zona 23 situa-se na área de transição do litoral de Benguela para o Planalto Central e, caracterizava-se tradicionalmente por uma floresta do tipo “mata de panda” que, no entanto, foi em grande parte destruída para dar lugar à agricultura

européia. A fraca presença europeia estava ligada a pequenos centros urbanos como o Cubal, a Ganda e o Bocóio, assim como às plantações de sisal concentradas na zona. A população africana é constituída na sua maior parte por agropastores “umbundizados” (Hanya, Nganda), mas também por Ovimbundu “propriamente ditos” (especialmente Ciyaka). O número das explorações africanas recenseadas foi de 53.538<sup>xxiv</sup>, o que faz desta zona a mais populosa do universo em africanos habitando o meio rural. A densidade populacional rural é de 10 hab/km<sup>2</sup>.

A Zona 27, na planície entre a zona 23 e o Planalto da Huíla, caracteriza-se, predominantemente, por uma mata densa seca, com uma larga faixa de formações de “mutiati” a oeste e outra de floresta aberta a leste. Os poucos europeus encontravam-se nalgumas vilas, principalmente Quilengues e em plantações de tabaco. A população rural africana pertence exclusivamente ao grupo dos Nyaneka-Nkhumbi (especialmente os Cilengi-Humbi e os Cilengi-Musho). Com 14.917 explorações recenseadas<sup>xxv</sup>, acusa uma densidade de 3 hab/km<sup>2</sup>.

A Zona 30 ocupa o Planalto da Huíla, na sua maior parte coberta por floresta aberta tipo “mata de panda” e, no sul, por mato cerrado (balcedo). A população europeia era bastante densa, não apenas nas aglomerações urbanas, como Lubango, Humpata, Huíla, Chibia e Hoque, mas também nas áreas rurais, como pequenos agricultores. A população rural africana pertence ao grupo Nyaneka-Nkhumbi (cerca de 80% Mwila). Com 13.937 explorações recenseadas<sup>xxvi</sup>, a zona acusa uma densidade rural de 15 hab/km<sup>2</sup>.

A Zona 31 é uma vasta zona de transição do Planalto Central para o Planalto da Huíla e para as regiões do Baixo Cunene e Baixo Cubango. Prevaecem formações florestais semelhantes às da Zona 30. As localidades mais importantes são Gambos, Matala, Folgares e Cassinga onde se concentrava uma população europeia bastante reduzida. Os africanos que vivem no meio rural acusam uma densidade de 4 hab/km<sup>2</sup>, com 27.614 explorações recenseadas<sup>xxvii</sup>. Pertencem a diferentes grupos: cerca de metade são Nyaneka-Nkhumbi (Handa, Cipungu, Nkhumbi), havendo ainda pouco mais de 20% de Ovimbundu (na sua maior parte Kalukembe/Ngola/Pembe), mais de 10% de Ngangela e cerca de 10% de Cokwe.

A Zona 33 situa-se ao sul do Planalto da Huíla e a leste do Namibe é caracterizada, essencialmente, por formações “mutiati” e matos brenhosos. A reduzida população europeia concentrava-se principalmente nas localidades de Chianje e Otchinjau. A

população africana é em quase 90% Nyaneka-Nkhumbi (Ngambwe, Nkhumbi), sendo os restantes Herero (Himba). O número de explorações recenseadas é de 9.829<sup>xxviii</sup> e a densidade rural de 3 hab/km<sup>2</sup>.

A Zona 34 corresponde à região do Baixo Cunene com formações “mutiati” e matos brenhosos, assim como pastos húmidos junto ao rio. A presença europeia era muito baixa, sendo Roçadas a única localidade relevante. A população rural africana compõe-se em 60% de Nyaneka-Nkhumbi (Nkhumbi, Ndongwena), cerca de 20% de Ambó (vários grupos) e de Herero (Ndimba). A população rural africana comportava 4.036<sup>xxix</sup> explorações recenseadas e uma densidade de 5 hab/km<sup>2</sup>.

A Zona 35 constitui a ponta norte do deserto do Calahari caracterizada, essencialmente, por matas secas e formações “mutiati”, entre os rios Cubango e Cunene e a fronteira com a Namíbia. A presença europeia era insignificante, sendo Ngiva a única localidade de alguma importância. A população é quase exclusivamente Ambó, principalmente Kwanyama, com cerca de 15% de Kwamatwi (Mbadja), Evale, Kafima e Ndongwena. Existem também pequenos grupos de Khoi (!Kung). O número das explorações recenseadas foi de 13.409<sup>xxx</sup> e a densidade rural de 3 hab/km<sup>2</sup>.

A Zona 36 situa-se no Baixo Cubango/Cuito e é constituída por uma savana bosque e savana arborizada, ainda bastante influenciadas pelo Calahari. Praticamente não tinha presença europeia. A população africana é composta por etnias aparentadas aos Ambó (Kwangali, Shambiu, Ndiliku) e por Ngangela, Mbukushu e Khoi (!Kung). O número das explorações recenseadas foi de 7.470<sup>xxxi</sup>, sendo a densidade rural inferior a 1 hab/km<sup>2</sup>.

## O padrão da penetração e implantação europeia

Os anos 20 corresponderam ao fim da conquista militar do actual território angolano, realizando-se a última “campanha de pacificação” justamente no universo agropastoril<sup>xxxii</sup>. A partir de então, iniciou-se a época de consolidação do colonialismo de ocupação, caracterizada por uma implantação mais extensa e maciça de europeus e com eles, do modo de produção capitalista cujas formas evoluíram lentamente, até ao fim da era colonial<sup>xxxiii</sup>.

Para o caso específico da região em estudo, há uma constatação inicial que se impõe: durante o período em exame, o impacto da “sociedade central” sobre as sociedades africanas tornadas “tributárias”<sup>xxxiv</sup> foi comparativamente mais reduzido do que no universo agrícola<sup>xxxv</sup>, o que de certo modo inverte a situação em relação à fase histórica imediatamente anterior<sup>xxxvi</sup>. Este facto tem a sua explicação num conjunto de factores que, na perspectiva do colonizador, distinguiram favoravelmente o universo agrícola do agropastoril: melhores condições ecológicas para uma agricultura de plantação; maior densidade demográfica africana com a consequente maior disponibilidade de mão-de-obra “indígena”; devido às mesmas condições ecológicas e demográficas, maiores possibilidades de realização de “mais-trabalho”<sup>xxxvii</sup> nas economias africanas e, por conseguinte, maiores possibilidades de uma extracção comercial e administrativa de “mais-valia” por parte da “sociedade central” .

No entanto, também no universo agropastoril, a implantação europeia se intensificou, passo a passo, ao longo do período aqui examinado. O seu padrão continuou fundamentalmente assente em três pólos: Moçâmedes e os seus arredores, o Planalto da Huíla e as cidades de Benguela/Lobito.

- Por razões ecológicas, o núcleo de Moçâmedes ficou geograficamente circunscrito, com um desenvolvimento económico e demográfico lento e limitado, baseado na pesca e sua indústria, assim como numa horticultura nas manchas aluviais dos rios da região.

- A norte, ao centro urbano de Benguela, veio juntar-se o Lobito, terminal do Caminho de Ferro de Benguela e hoje primeiro porto marítimo de Angola<sup>xxxviii</sup>. Geograficamente, ambas as cidades, assim como a vila da Catumbela, constituem um enclave na região. A sua atracção/irradiação teve como base actividades industriais e comerciais, bem como a pesca e a agricultura de plantação<sup>xxxix</sup>.

- No centro do universo, continuou a consolidar-se a implantação europeia no Planalto da Huíla. Enquanto a agricultura aumentou em ritmo relativamente lento, formaram-se vários núcleos de carácter urbano - especialmente Lubango, centro comercial dominante da região - que, pouco a pouco, desenvolveram algumas actividades industriais.

A partir destes pólos de concentração europeia articulou-se uma penetração do universo, que se processou de uma forma interligada, em vários níveis.

A ponta de lança foi muitas vezes o “comerciante do mato”, sucessor do “funante”, que, para além do comércio com os africanos, se dedicou frequentemente também à agricultura, à criação de gado e/ou à caça. Tradicionalmente itinerante, fixou-se progressivamente nas primeiras décadas deste século<sup>xi</sup>. Via de regra, passou a residir em pontos estrategicamente situados junto das populações africanas, formando “povoações comerciais” limitadas a algumas casas e que, frequentemente, se tornaram, com o decorrer do tempo, aglomerações um pouco maiores<sup>xii</sup>. Esta “cobertura comercial”, administrativamente regulamentada<sup>xiii</sup>, foi porém relativamente pouco densa, em especial nas Zonas 22/29, 33, 34, e 35. A partir de 1961, quando a eclosão da guerra pela independência levou o poder colonial a facilitar diversas formas de penetração nas sociedades tributárias, foi introduzido o mecanismo das licenças provisórias que provocou, até ao fim da era colonial, o estabelecimento de uma rede significativamente mais extensa e estreita de comerciantes<sup>xliii</sup>.

As transacções comerciais com os africanos implicavam a oferta, por parte do europeu, principalmente de bens de consumo (alimentos, bebidas alcoólicas, têxteis, utensílios domésticos e de trabalho, etc.) e a procura de gado bovino, de pequenas espécies animais e de alguns produtos agrícolas (milho, massambala, massango, batata, trigo, etc.). Estes produtos provenientes das sociedades africanas serviam principalmente para consumo na “sociedade central” e secundariamente nas “sociedades tributárias” tanto do mesmo universo quanto do universo agrícola. Além disto, uma parte destinava-se à industrialização e/ou exportação. Destacava-se em importância o gado bovino e o milho<sup>xliv</sup>, enquanto os outros produtos tinham pouco peso na economia de mercado controlada pelo colonizador. Convém frisar que as razões de troca oferecidas ao africano eram geralmente desfavoráveis para este, mas frequentemente menos em benefício do “comerciante do mato” do que do armazenista do qual este dependia. O mesmo sistema de crédito que estabelecia uma dependência entre atacadista e retalhista, ligava os africanos ao “comerciante do mato”, cuja capacidade empresarial e cujo nível de vida eram geralmente bastante baixos<sup>xlv</sup>.

A agricultura dos europeus revestiu características bastante diversas, em função de condições ecológicas muito variadas. A agricultura intensiva, com predominância da horticultura e fruticultura, desenvolveu-se essencialmente nas manchas aluviais dos

rios da Zona 22/29, assim como no Planalto da Huíla. Para além disto, instalou-se no vale do Cunene, já no início dos anos 50, o colonato da Matala (zona 31), desenvolvendo uma policultura de regadio (essencialmente trigo, horticultura e fruticultura). A agricultura de plantação teve a sua expressão a norte da Zona 22/29, com a cultura da cana-de-açúcar, da palmeira e da banana, constituindo enclaves na região. A cultura do sisal desenvolveu-se a partir dos anos 40, ocupando vastas áreas da Zona 23, onde posteriormente viriam a instalar-se também plantações de eucaliptos (para fabrico de celulose). Já na década de 60, assiste-se na Zona 27 a uma instalação maciça de plantações de tabaco, ao longo do rio Quilengues.

Enquanto que as empresas agrícolas de pequena e média envergadura, resultado de um processo local de “acumulação primitiva”, dispunham geralmente de pouco capital e utilizavam tecnologias pouco avançadas, as de maior envergadura eram mantidas por grandes empresas, como a Sociedade Agrícola do Cassequel e a Companhia do Açúcar de Angola. Estas utilizavam técnicas mais desenvolvidas, mas assim como as outras, recorriam maciçamente à mão-de-obra africana<sup>xlvi</sup>. Porém, a escassez de mão-de-obra no universo levou parte das empresas, sobretudo as de maior envergadura, a suprir esta situação com mão-de-obra contratada fora do universo, sobretudo no Planalto Central<sup>xlvii</sup>. No entanto, com a relativa “liberalização” do trabalho rural, ensaiada na década de 50 e de maneira mais acentuada nos anos 60 e 70, produziu-se uma verdadeira crise da mão-de-obra, que contribuiu para levar à falência uma série de empresas de pequena e média envergadura, incapazes de proceder a racionalizações compensatórias.

Enquanto a agricultura europeia teve nesta área as suas origens já no século XX, a criação de gado por parte de europeus é, de certo modo, um facto novo no período sob exame<sup>xlviii</sup>. Tradicionalmente, os comerciantes/agricultores europeus, ao adquirirem gado africano, conservavam-no integrado nas manadas dos africanos, ou para venda ulterior, ou para fins de acumulação de capital. Todavia, já nas últimas três décadas da era colonial, verifica-se uma tendência dos europeus para concentrarem o seu gado em manadas próprias, seja para o ter mais facilmente disponível no momento em que a sua comercialização fosse oportuna e/ou possível<sup>xlix</sup>, seja para ensaiar uma criação mais sistemática (algumas vezes reconvertendo quintas falidas). Em parte, estas explorações pecuárias desenvolvidas a partir de empresas agrícolas e/ou comerciais de fixação anterior na região, assumiram o carácter de “concessões” com terreno próprio e definido, geralmente sem chegarem a ter grandes dimensões; outras continuaram a criar o seu gado, exclusiva ou

preponderantemente, nas pastagens consideradas “comunais” pela legislação colonial. Concomitantemente, surgiram explorações pecuárias de grande envergadura, organizadas no espírito do *cattle business*, por empresários representando um capital agrícola/comercial/industrial ou vindo do universo agropastoril (muitas vezes das cidades), ou mesmo de fora do universo. Inicialmente, por volta dos anos 50, explorações pecuárias maiores começaram a estabelecer-se nas Zonas 22/29, 33 e 34 onde assumiram proporções mais importantes no decurso dos anos 60. No fim dos anos 60, penetraram na Zona 31 e, já na década 70, deu-se uma tentativa (fracassada) na Zona 35. Pouco a pouco, foram ocupando as melhores pastagens em áreas<sup>1</sup> cada vez mais extensas, assim como uma série dos melhores pontos de água, delimitando os terrenos “concedidos” por meio de cercas de arame farpado.

Uma forma geralmente pouco notada de intervenção colonial situou-se no terreno da caça. Devido às devastações provocadas pelos bôeres, em largas áreas do universo, a caça havia sido proibida aos europeus a partir de 1925, continuando porém a ser praticada clandestinamente em escala mais reduzida. Geralmente, ela foi o facto de comerciantes/agricultores que organizavam incursões com pessoal africano, às vezes bastante numeroso, o que, além da diminuição da fauna, teve o efeito lateral de abrir toda uma rede de picadas que facilitaram o contacto do europeu com os africanos residindo em regiões mais remotas. Na década de 50, porém, as autoridades coloniais decretaram uma total liberdade de caça ao longo de um período de pouco mais de três anos, com o argumento de que os animais de caça eram prejudiciais à criação de gado. A medida resultou num verdadeiro massacre dos animais, com as consequências inevitáveis em termos do ecossistema natural (avanço dos arbustos sobre os pastos, etc.) e do sistema eco-cultural (redução drástica de uma fonte de alimentação humana, etc.).

A indústria esteve presente no universo essencialmente sob a forma de empresas transformadoras de pequena e média envergadura, ligadas à pesca em Moçâmedes e Benguela, ao gado em Lubango, ao sisal na Zona 23, ao açúcar e outros produtos agrícolas no Lobito. Nesta última cidade fundou-se também uma empresa de construção naval de certa envergadura. Em matéria de indústria extractiva, havia apenas a do minério de ferro, pela Companhia Mineira do Lobito, na área de Cassinga (Zona 31), onde capitais oriundos de fora do universo (inclusive estrangeiros) constituíram um verdadeiro enclave económico na região, recrutando a sua mão-de-obra quase exclusivamente no Planalto Central.

Concomitantemente, com o crescimento da economia colonial, houve no universo uma consolidação da “cobertura administrativa”, principalmente no âmbito da própria “sociedade central”, mas também estendida às sociedades africanas “tributárias”, com uma efectividade bastante limitada no início, reforçada a partir da eclosão da guerra pela independência. Uma penetração paralela, até certo ponto ligada à administrativa, foi a das missões, nesta área quase exclusivamente católicas.

No fim do período sob exame (anos 60/70), quando Portugal começou a praticar uma política colonial mais “moderna”, a penetração no “universo agropastoril”, como no resto de Angola, intensificou-se no nível ideológico, mediante uma expansão marcada da rede escolar. Esta observou-se, por um lado, nas cidades, onde a grande maioria da população africana em idade escolar passou a ter uma escolaridade de, pelo menos, alguns anos elementares. Por outro lado, da existência meramente pontual de algumas escolas missionárias, nas zonas rurais, procedeu-se ao estabelecimento de uma rede de escolas, principalmente estatais, rede esta que no “universo agropastoril” foi de uma densidade relativamente fraca, mas que marcou uma diferença qualitativa na situação das sociedades africanas<sup>li</sup>.

A expansão económica, administrativa e “cultural” da “sociedade central” redundou num certo desenvolvimento da rede urbana do universo. Porém, este desenvolvimento não assumiu as proporções verificadas no centro e no norte da colónia, sendo ainda bastante desigual no interior do mesmo universo. As duas cidades maiores, Lobito e Benguela, com 59.528 e 40.996 habitantes, respectivamente, em 1970, encontravam-se em posições de certo modo marginais em relação ao universo. Lubango, com 31.674 habitantes em 1970, era a única cidade maior (em termos de Angola) com localização central no universo. As restantes cidades tinham efectivos populacionais sensivelmente menores: Moçâmedes 12.076, Porto Alexandre 8.235, Cubal 6.672 e Ganda 2.538 habitantes. No total da população urbana do universo havia 29% de europeus, 7% de mestiços e 63% de africanos<sup>lii</sup>. Como centros urbanos de certa importância, destacava-se ainda uma série de vilas, na maior parte já citadas, e que eram de grande importância estratégica para o sistema colonial.

É interessante anotar as variações na implantação geográfica europeia, na perspectiva das sociedades agropastoris, assim como o padrão que resulta destas variações. De acordo com o “inquérito sócio-educacional”, somente 7% da população

rural africana do universo residia numa área onde não havia qualquer povoação comercial num raio de 30km. Com referência às vilas/cidades, esta proporção era de 47%, e em relação aos postos administrativos de 23%. O quadro é bastante diferente no que respeita a empresas agrícolas e ranchos europeus (58%) assim como a colonatos (94%)<sup>liii</sup>. Por outro lado, a proporção no caso das missões católicas era de 36%, e para as missões protestantes, de 92%. Finalmente convém assinalar que no caso dos postos escolares a proporção era de 5%. Uma análise factorial revela uma notável concomitância entre parte destas variáveis<sup>liv</sup>: vão de par, numa medida considerável, a menor ou maior proximidade de povoações comerciais, vilas/cidades, missões católicas, escolas e postos administrativos. Configura-se assim um padrão do qual ficam excluídas as “concessões europeias” agrícolas ou pecuárias, os colonatos europeus, os centros católicos, as missões e os centros protestantes.

O padrão de implantação aqui analisado exigia e pressupunha, como é evidente, o desenvolvimento de um sistema de comunicações. Inicialmente, as infra-estruturas mais importantes foram os portos marítimos, sendo que Lobito e Moçâmedes alcançaram a categoria de “comerciais”, enquanto que Benguela apenas a de “cabotagem”<sup>lv</sup>. O segundo passo decisivo foi a construção de caminhos de ferro: a norte o Caminho de Ferro de Benguela que teve mais impacto no Planalto Central e no leste, sendo o seu trecho situado no universo concluído em 1913; no centro, o Caminho de Ferro de Moçâmedes que alcançou a Bibala em 1913, Lubango em 1923, Chianje em 1949, Menongue em 1961 e Cassinga em 1967<sup>lvi</sup>. As estradas no interior do universo, que constituíram também as suas ligações para o norte (Planalto Central e Luanda) e sul (Namíbia), durante a maior parte do período sob exame não passaram de pistas de qualidade frequentemente problemática. Só durante o “arranque” dos anos 60 e 70 foram asfaltados os eixos principais, acentuando-se a importância estratégica de Lubango<sup>lvii</sup>. No mesmo período, consolidou-se a rede de aeroportos instalados em todos os pontos de alguma importância<sup>lviii</sup>. É de assinalar que a maior parte das cidades do universo, assim como uma série de vilas, foram ligadas às redes telefónica, telegráfica e de radiocomunicação com que Angola foi dotada nos anos 60<sup>lix</sup>.

No plano do abastecimento de água e de energia eléctrica tiveram uma importância chave as três barragens dotadas de centrais hidroeléctricas: Biópio e Lomaúm, no norte do universo, e Matala, no centro. As três entraram em funcionamento antes de 1960, possibilitando culturas de regadio nas suas áreas de implantação (Zona 22/29, Zona 31) e garantindo um fornecimento satisfatório de energia eléctrica às grandes

idades, embora bastante menos satisfatórias para além delas<sup>lx</sup>. No respeitante ao abastecimento de água, importa ainda assinalar o estabelecimento extensivo de captações de águas subterrâneas, especialmente nas Zonas 22/29, 33, 34 e 35 e destinadas não somente às aglomerações e empresas europeias, mas em grande parte à utilização por parte dos agropastores africanos<sup>lxi</sup>. O esquema hidroeléctrico do Cunene empreendido a partir de 1969 em cooperação com a África do Sul, não chegou a ter incidências maiores no universo, até ao fim da era colonial<sup>lxii</sup>.

## **Transformações ocorridas na situação económica das sociedades africanas**

No início do período em estudo, a economia das populações do universo baseava-se numa pecuária de auto-subsistência completada em proporções variáveis pela recollecção, pesca, caça e agricultura. As actividades comerciais já se encontravam então dominadas pelas transacções com os europeus, implicando, essencialmente, a venda de gado contra bens de origem europeia, ou para obtenção do dinheiro necessário para pagar impostos e multas. Paralelamente, continuava a haver trocas relativamente consideráveis entre africanos, no âmbito do universo e com populações vizinhas, abrangendo o gado e alguns bens de fabrico autóctone<sup>lxiii</sup>. A venda da força de trabalho aos europeus ainda era bastante reduzida e incidia sobretudo nos Mwila, pressionados pela perda de uma parte significativa das suas terras. A corrente de mão-de-obra para as minas da Namíbia já tinha sido desencadeada, mas ainda em pequena escala<sup>lxiv</sup>. A venda da força de trabalho de uma sociedade africana para a outra era insignificante<sup>lxv</sup>.

Até ao fim da era colonial, esta constelação sofreu uma mudança lenta e gradual, contrastando com a transformação radical ocorrida noutras partes de Angola<sup>lxvi</sup>. Além disto, produziram-se, no interior do universo agropastoril, situações bastante diversas, em função do grau e tipo da penetração colonial e da capacidade/possibilidade das populações de resistir a estas pressões, ou então de acomodar-se às situações impostas.

Antes de analisar este processo, convém apresentar um breve esboço do sistema agropastoril basicamente praticado por todas as sociedades africanas do universo e cujo funcionamento foi, via de regra, alvo de uma incompreensão por parte do europeu<sup>lxvii</sup>. A base deste sistema é uma pastorícia condicionada por solos e um clima que proporcionam uma vegetação pouco densa que não permite uma utilização

intensiva dos pastos.

A estas características pouco favoráveis acrescenta-se a escassez de água, salvo nas épocas de chuva, que chegam a provocar grandes inundações nas planícies das Zonas 34 e 35. Em resposta perfeita a estas condições, as sociedades agropastoris desenvolveram um sistema baseado na deslocação regular do gado bovino, em circuitos que permitem um aproveitamento racional dos pastos e da água, evitando a sobrecarga ou destruição destes recursos naturais<sup>lxviii</sup>. Ao sul do universo, na Zona 35, em partes da Zona 34 e ao sul da Zona 22/29, as condições ecológicas exigem movimentos anuais de transumância, ou seja, deslocações do gado durante vários meses em manadas, às vezes numerosas, para áreas situadas longe dos locais de residência permanente dos seus donos<sup>lxix</sup>; nas outras regiões, as deslocações do gado circunscrevem-se a áreas de extensão variável, ao redor do local de residência. A superfície necessária por unidade de gado é bastante desigual, mas em geral considerável. A terra e a água não são consideradas propriedade particular, mas utilizadas e mantidas em áreas definidas pelo conjunto dos membros de uma dada unidade social<sup>lxx</sup>. O gado constitui propriedade individual/familiar, mas para evitar o risco de perdas maiores<sup>lxxi</sup>, cada proprietário distribui a maior parte das suas cabeças de gado pelas manadas de outros membros do mesmo grupo social, aceitando na(s) sua(s) manada(s), gado de outras pessoas<sup>lxxii</sup>. A utilização económica do gado faz-se essencialmente sob a forma de uma produção leiteira que fornece a base alimentar mais importante dos agropastores. O consumo da carne faz-se quase exclusivamente por ocasião de mortes acidentais do gado, havendo ainda um abate em escala extremamente reduzida em ocasiões especiais. O aproveitamento do couro faz-se de uma forma sistemática. Contrariamente ao que sucede com outros povos africanos<sup>lxxiii</sup>, o sistema de pastorícia praticado no Sul de Angola, não implica geralmente a inexistência de uma residência fixa. Cada *eumbolongubu* (tipos de agregados familiares), cada *cilongo/mukunda* (aldeia) (unidades de residência/linhagem) e cada “tribo” tem o seu lugar de implantação definido<sup>lxxiv</sup>. Enquanto que o pastoreio e especialmente a transumância ficam a cargo de um ou mais membros da família, os restantes membros continuam na residência permanente - normalmente bastante estável<sup>lxxv</sup> - organizando em torno dela as demais actividades económicas: uma agricultura tradicionalmente limitada e destinada apenas à subsistência, a recollecção (principalmente de frutas e insectos) e a criação de pequenas espécies animais. A pesca nos rios e (no caso da Zona 35) nas lagoas, em muitas áreas limitada à época das chuvas, constitui não raramente um empreendimento colectivo de várias famílias e, a caça (quando ainda possível) exige, via de regra, expedições especiais. O nível

técnico alcançado é relativamente baixo, mas, conjugado com um conhecimento muito desenvolvido do ambiente natural, permite um rendimento considerável das capacidades técnicas desenvolvidas. O conjunto das actividades económicas providencia, em princípio - isto é, sem interferência externa, ou catástrofes naturais acumuladas - uma base bastante sólida e equilibrada para a reprodução das sociedades agropastoris. Para usar a linguagem da ecologia humana, trata-se aqui de sistemas eco-culturais bastante próximos da estabilidade.

A intervenção externa, por parte do colonizador, acima esboçada em termos da expansão da “sociedade central”, fez-se sentir nas “sociedades tributárias” do universo de uma maneira muito diferenciada. Isto verifica-se, em primeiro lugar, no que diz respeito à desapropriação dos principais meios de produção, ou seja, a terra e a água. Já na fase imediatamente anterior à aqui examinada, deu-se a espoliação, pela força, de muitas das melhores terras da Zona 30. Este processo continuou de uma forma lenta, com avanços mais acentuados nos anos 50, e novamente nos anos 60, atingindo principalmente as Zonas 23, 31 e 33. No caso da Zona 23, juntamente com a Zona 30 a mais afectada pela espoliação colonial das terras, recorreu-se, inclusive, à deslocação coerciva, sob a forma de “concentrações”, invocando motivos de segurança, mas de facto para “desocupar” terras para a plantação intensiva de eucaliptos<sup>lxxvi</sup>. O europeu apropriou-se das terras não somente em função da qualidade dos solos, mas também em função do acesso à água, preferindo portanto os terrenos localizados perto dos rios ou dos melhores pontos de água, ou seja, geralmente os que tinham a maior importância para os agropastores. A consequência foi, por um lado, a diminuição da superfície dos pastos e das terras cultiváveis à disposição dos africanos, sendo de destacar que a qualidade das terras restantes era muitas vezes inferior. Por outro lado, mesmo em lugares onde a diminuição quantitativa e qualitativa dos pastos não chegou a assumir proporções ameaçadoras, as extensões das explorações pecuárias europeias, vedadas por arame farpado e, a impossibilidade de aceder a um número crescente de pontos de água vitais, contribuiu para bloquear muitos circuitos tradicionais de pastoreio, o que foi particularmente fatal em áreas de transumância. A situação foi agravada pela utilização dos pastos comunais africanos, por gado “europeu” sem terra própria demarcada, que em certos pontos especialmente nas Zonas 31, 33 e 34 levou a uma sobrecarga de animais. Não tendo em geral condições para opor uma resistência a este processo<sup>lxxvii</sup>, os agropastores tentaram adaptar-se às novas circunstâncias, passando a utilizar terras ainda desocupadas, especialmente as largas faixas entre os grupos étnicos, que desapareceram quase por completo, até

aos anos 70<sup>lxxviii</sup>. Uma outra medida consistiu no desmembramento das manadas de grandes dimensões, tendo em vista a maior flexibilidade no pastoreio de manadas menores. Desta maneira, a grande maioria dos agropastores conseguiu impedir uma ruptura do seu sistema económico tradicional que sofreu modificações mais ou menos incisivas, continuando, porém, via de regra, a ser o seu mecanismo básico de reprodução<sup>lxxix</sup>.

O facto de a desapropriação de terras e águas não ter ido mais longe explica-se, em parte e talvez acima de tudo, pelo êxito de um outro tipo de intervenção, a saber, a extracção de gado pela via comercial. Para o africano, a venda de gado constituiu só em parte um “mecanismo de mercado”, permitindo-lhe a aquisição de bens de uso e de consumo. Dada a limitação das necessidades objectivas e subjectivas prevalecentes entre os agropastores, apesar do efeito de demonstração da “sociedade central”, a comercialização plenamente voluntária de gado nunca correspondeu à maciça procura europeia<sup>lxxx</sup>. O colonizador procedeu, por conseguinte, desde sempre, a mecanismos coercivos. O roubo puro e simples de “gado indígena”, tão frequente até começos deste século<sup>lxxxi</sup>, caiu em desuso, por dispensável, depois da ocupação efectiva. Em seu lugar, estabeleceu-se um sistema de pressão administrativa, “legal” e “ilegal”. Em termos da legislação colonial, constituía uma prática aceite o obrigar o agropastor africano à venda de gado, para poder pagar, em dinheiro, os impostos, as taxas e as multas decididos pela autoridade colonial<sup>lxxxii</sup>. Porém, frequentemente, a imposição da venda de gado, por parte de órgãos locais da administração colonial, fazia-se fora da legislação vigente, em conivência com comerciantes ou industriais europeus interessados<sup>lxxxiii</sup>. A acção combinada da “sedução comercial” e da pressão administrativa resultou para a economia colonial num volume considerável de comercialização do “gado africano”, sempre muito superior ao volume comercializado de “gado europeu”<sup>lxxxiv</sup>. Contra este pano de fundo, entende-se a preocupação do sistema colonial (melhor: de partes da “sociedade central”, já que havia evidentes divergências de interesses) em não prejudicar drasticamente a pastorícia africana e até de a promover por diferentes medidas: campanhas de vacinação desde os anos 30<sup>lxxxv</sup>, fornecimento de reprodutores para o melhoramento qualitativo do gado, abertura de furos de água a partir dos anos 40<sup>lxxxvi</sup>. Tais medidas contribuíram para que o aumento constante do volume absoluto da comercialização por parte dos agropastores fosse contrabalançado por um crescimento regular dos seus efectivos totais de gado, conforme se verá mais adiante. Em termos globais, a extracção de gado não chegou, portanto, a reduzir este meio de produção ao ponto de impossibilitar a reprodução,

exclusiva ou predominante, das sociedades agropastores pelo seu sistema tradicional de subsistência, embora por vezes o tenha ameaçado<sup>lxxxvii</sup>. Em particular, a pressão comercial e administrativa não levou estas sociedades a uma reorientação fundamental da sua pastorícia, no sentido de fazer da produção para o mercado da “sociedade central” o seu princípio constitutivo.

Paralelamente, houve uma extracção comercial mais limitada de produtos agrícolas e de pequenas espécies animais. Para o agropastor, os motivos da sua comercialização foram, à partida, os mesmos que no caso do gado bovino. Além disto, a venda teve uma função compensatória nas sociedades onde as possibilidades da pastorícia ficaram sensivelmente diminuídas. Contrariamente ao que sucedeu com a criação de gado bovino, a agricultura (especialmente do milho) foi em algumas zonas parcial ou mesmo preponderantemente organizada em função do mercado europeu. Corresponderam a esta orientação algumas (poucas) medidas da administração colonial, no sentido de melhorar a produção agrícola “indígena”<sup>lxxxviii</sup>. As poucas tentativas de imposição de “culturas coloniais”, feitas no universo, falharam por diversas razões “técnicas”<sup>lxxxix</sup>.

Finalmente, houve uma extracção de mão-de-obra onde a acção administrativa se conjugou com “mecanismos de mercado”. No universo agropastoril, exceptuando a Zona 30, a prática da extracção compulsiva (trabalho forçado não remunerado e contrato obrigatório) foi bastante menos extensiva do que no Norte e no Centro de Angola, sendo praticamente abandonada depois de 1961<sup>xc</sup>. Em contrapartida, a extorsão fiscal coagiu uma parte já significativa dos agropastores a procurarem o numerário correspondente mediante a venda temporária de sua força de trabalho ao colonizador, português ou sul-africano. Uma terceira categoria de mão-de-obra era constituída por aqueles cuja base de subsistência ficou reduzida ao ponto de o trabalho assalariado se tornar um meio necessário, complementar ou até principal, para a sua reprodução. Acrescentou-se-lhes um número relativamente considerável que se oferecia como mão-de-obra, não sob pressão ou por necessidade de subsistência, mas porque esta modalidade se apresentava como uma possibilidade extraordinária ou para iniciar ou para acelerar um processo de acumulação individual<sup>xci</sup>. No total e, muito embora o trabalho assalariado se tenha tornado uma característica importante da situação colonial no universo, o processo de proletarianização foi, no entanto, bastante limitado.

A eliminação dos animais de caça traduziu-se para o agropastor, em duas consequências económicas: por um lado, tolheu-lhe, ou reduziu-lhe brutalmente, uma componente essencial da sua alimentação, por outro lado, em certas áreas ameaçou romper o equilíbrio ecológico, uma vez que os animais de caça tinham contribuído para conter o avanço de árvores e arbustos em detrimento dos pastos. A ocupação de terrenos por europeus, ao longo dos rios, privou os agropastores em certas áreas das suas possibilidades de pesca, que constituía igualmente uma fonte alimentar essencial.

Examinando de uma maneira um pouco mais detalhada o impacto conjugado das diferentes formas de interacção colonial sobre a economia das sociedades agropastoris, deve portanto começar-se pela constatação global de que a pastorícia de subsistência geralmente não foi levada a um ponto de ruptura e, constituiu até ao fim da era colonial, a base mais importante para a reprodução destas sociedades. A proporção de população vivendo, em 1970, exclusiva ou preponderantemente da pastorícia pode ser estimada em cerca de metade<sup>xcii</sup>, enquanto que o gado bovino teve uma função complementar para a grande maioria da população restante<sup>xciii</sup>. O aumento dos totais dos efectivos, bastante considerável a partir dos anos 50<sup>xciv</sup>, evidenciou a viabilidade e a capacidade de adaptação do sistema tradicional, sem a introdução de novas técnicas, apesar da redução do espaço<sup>xcv</sup>. Contribuiu para este aumento a já mencionada distribuição do gado por manadas mais pequenas na posse de cada família. Esta medida não pode, aliás, ser entendida unicamente como uma adaptação “técnica” a uma situação com recursos naturais menos amplos e como um estratagema hábil para escapar ao controlo colonial, mas também como consequência da ruptura das estruturas sócio-políticas anteriores e que haviam geralmente implicado, ao menos na prática, restrições dos efectivos individuais de gado bovino. As medidas de assistência administrativa, além de contribuírem até certo ponto para este aumento, repercutiram-se, no fim da era colonial, num ligeiro melhoramento qualitativo<sup>xcvi</sup>.

Além da preservação do sistema tradicional de pastorícia e da manutenção dos efectivos globais de gado, foi de importância fundamental o facto de os agropastores conservarem a orientação dominante da sua pastorícia para a auto-subsistência. Em 1971/72, 41% do gado correspondia a vacas leiteiras cuja produção destinada à comercialização foi muito reduzida<sup>xcvii</sup>. Os bois de trabalho representavam 11% das manadas, sendo utilizados especialmente nas Zonas 30 e 31 onde constituíam mais de 20% das manadas<sup>xcviii</sup>. Enquanto as mortes ocasionais abrangiam 12% das

cabeças, o abate deliberado para consumo foi inferior a 1%<sup>xcix</sup>. É portanto dentro destes limites que se situou o autoconsumo de carne bovina, sendo de acrescentar que uma boa parte do couro deste animais foi também comercializado. Um facto mais importante foi que a comercialização do gado no mercado europeu foi apenas de 4%. É certo que a isto se acrescentou uma venda de gado a africanos, em particular a Ovimbundu. Estas transacções parecem, porém, não ter alcançado a proporção de 1%. Importa destacar que a comercialização de gado teve, para os agropastores, significados bastante diversos: enquanto para a maioria constituía um recurso para garantir a reprodução simples, na situação colonial permitia a uma parte significativa dos agricultores um poder de compra acima da média<sup>c</sup> e a uma minoria uma certa medida de consumo supérfluo e ostentatório<sup>ci</sup>.

Um fenómeno novo, verificado na época em estudo, é o aumento substancial da criação de pequenas espécies animais. O facto deve-se a vários factores: as limitações impostas ao pastoreio do gado bovino que, em certas áreas, fizeram da criação de pequenas espécies animais uma alternativa à criação de gado<sup>cii</sup>; a procura comercial do europeu; a necessidade de compensar a perda da caça e de reequilibrar a alimentação. A criação de ovinos, dificilmente compatível com a de bovinos, que poderia constituir uma alternativa radical à pastorícia tradicional, foi o facto de apenas 3% das explorações, em 1970/71. Em compensação, 43% da explorações registaram caprinos e 54% suínos<sup>ciii</sup>. Finalmente, 91% das empresas possuíam animais de capoeira<sup>civ</sup>.

No contexto da utilização de animais, pode ainda assinalar-se a substituição parcial do boi-cavalo pelo cavalo, especialmente no sul das Zonas 22/29, 33 e 34, possibilitada pelo melhoramento dos pontos de água e que veio facilitar o seguimento das manadas.

A expansão globalmente significativa da agricultura nas “sociedades tributárias” do universo, ao longo do período aqui examinado, deveu-se a circunstâncias nitidamente distintas e repercutiu-se em situações muito diversas, de zona para zona. Em áreas onde as condições ecológicas o permitiam, os agropastores ampliaram a sua agricultura, fosse para compensar as possibilidades reduzidas de uma subsistência pela pecuária, caça e pesca, fosse para garantirem um rendimento suplementar. Além disto, aumentou bastante a presença de agricultores ovimbundu, ngangela e cokwe, nas Zonas 23 e 31, que embora na sua grande maioria tivessem adoptado a criação de gado, subordinavam-na à agricultura. No total, mais do que a terça parte

dos chefes de família dedicava-se exclusiva ou principalmente à agricultura por conta própria. Praticamente não existiam famílias sem produção agrícola, e somente numa quarta parte a produção agrícola podia ser considerada muito baixa<sup>cv</sup>.

Do ponto de vista qualitativo, é preciso sublinhar que as técnicas continuaram basicamente idênticas com algumas inovações lentas, ligadas por um lado, à maior participação dos homens na agricultura e, por outro, a um certo efeito demonstrativo da agricultura europeia<sup>cvi</sup>. Assim, a charrua começou a aparecer ao lado da enxada e, com menos frequência, a carroça e o arrasto com zorra. Corresponde a isto um aumento nítido da utilização da energia animal, especialmente do boi de trabalho<sup>cvi</sup>, não havendo, no entanto, praticamente nenhuma mecanização. Em certas regiões foi adoptada a utilização do estrume à maneira europeia<sup>cvi</sup> e a irrigação pela drenagem de rios. Muitas vezes houve ainda a necessidade de uma adaptação a solos diferentes dos habitualmente cultivados<sup>cix</sup>. Para além de culturas tradicionais, como a massambala e o massango, a introdução de novas culturas constituiu também uma mudança qualitativa. Desde cedo, foi sobretudo o milho que encontrou uma boa aceitação, especialmente nas Zonas 23, 31 e 30. Em certas áreas sob influência europeia mais intensa, a introdução de outras espécies (batata, feijão, amendoim, trigo e frutas), embora com reduzida implantação resultou numa certa diversificação adicional<sup>cx</sup>. No total, e sem indicações de detalhe, é possível concluir-se que houve, não só uma expansão da produção agrícola, mas também um limitado e desigual aumento da produtividade.

É preciso destacar que a expansão da agricultura se fez preponderantemente com vistas à comercialização, e apenas secundariamente compensar de forma imediata a redução de outras fontes de autoconsumo. Por outro lado, a maior ou menor disponibilidade de outros recursos económicos determina - juntamente com as condições ecológicas - a medida em que uma agricultura comercializável é adoptada, sendo de pôr em relevo a comercialização muito limitada de produtos agrícolas nas Zonas 22/29, 34, 35 e 36. Em 1970/71, o milho é, com 146.000 T (cerca de 20% do total de Angola), o produto agrícola mais importante das "sociedades tributárias" do universo. É produzido em todas as zonas, embora numa medida fortemente desigual (incidindo cerca de metade na Zona 31), sendo comercializado em 40% da produção. Seguem-se o massango e a massambala, cultivadas em Angola quase que exclusivamente no universo agropastoril, com 42.000 T e 31.000 T respectivamente. Embora se registem ambas as culturas em todas as zonas, a metade do massango foi produzido na Zona 35 e da massambala nas Zonas 23 e 27. Estas culturas

destinam-se quase exclusivamente ao autoconsumo, sendo comercializada apenas 5% e 8% da produção, respectivamente. A produção do feijão, da batata e da mandioca é muito inferior, com 2.000 T cada uma e com taxas de comercialização de 47%, 63% e 4% respectivamente. Os demais produtos tiveram uma importância apenas pontual, tanto para o auto-consumo, quanto para a comercialização<sup>cxix</sup>. Apesar de uma “orientação para o mercado” bastante acentuada em comparação à prevalente no início do período em consideração, a agricultura do universo continua, portanto, a ter um carácter predominante de subsistência, com um autoconsumo correspondente, globalmente, a cerca de 80% do quantitativo. Do ponto de vista da comercialização, destacam-se as Zonas 23, 27 e 31 e, em segundo lugar, as Zonas 30 e 33<sup>cxii</sup>.

A pesca e a recollecção mantiveram, durante todo o período, alguma importância como actividades complementares, especialmente nas Zonas 34, 35, 36 e no sul da Zona 31. Houve, entretanto, um certo desenvolvimento local da apicultura e recollecção no leste da Zona 31, por influência dos Cokwe<sup>cxiii</sup>.

Para as sociedades agropastoras, a área económica em que se verificaram transformações mais radicais, foi sem dúvida a do comércio. Em meados do século XX, nada restava de uma situação anterior, em que esta actividade era bastante diversificada, englobando contactos com africanos e europeus e, sobretudo controlado pelas próprias sociedades agropastoris - às vezes dentro de um sistema semelhante ao que Catherine Coquery-Vidrovitch denomina de “modo de produção africano”<sup>cxiv</sup>. Em consequência da quebra/limitação da articulação política tradicional, discutida mais adiante, cada agropastor viu-se confrontado, individualmente, com as possibilidades e condições comerciais “oferecidas” no exterior da sua sociedade<sup>cxv</sup>, sendo de ressaltar que a mediação também sempre se fez por comerciantes de outras sociedades<sup>cxvi</sup>. Já se destacou o facto de que o comércio com as “sociedades tributárias” agrícolas<sup>cxvii</sup>, embora não tivesse sido negligenciável e certamente superior ao que supunha o colonizador, conservou uma importância residual<sup>cxviii</sup>. As relações comerciais dos agropastores foram, portanto, quase exclusivamente as mantidas com os europeus, constituindo o mecanismo de vinculação mais importante com a “sociedade central” ou, melhor dito, a forma de intervenção mais importante da “sociedade central”.

De facto, as condições concretas em que decorreram estas relações, eram predominantemente as impostas pelo europeu e francamente desfavoráveis para o

africano. À partida, não eram puras relações de procura e oferta, pelo facto das pressões administrativas acima descritas e que, evidentemente, enfraqueceram de maneira drástica a posição do africano, ao vender os seus produtos pecuários ou agrícolas. Para além disto, havia muito pouca concorrência entre comerciantes europeus. Em virtude das distâncias, apenas uma minoria de agropastores podia fazer as suas compras e vendas em povoações comerciais, vilas ou cidades onde tinha a oportunidade de escolher entre vários comerciantes. É somente no fim da era colonial e, apenas em poucas áreas, que a rede dos “comerciantes do mato” chegou a ser suficientemente densa no universo agropastoril para providenciar possibilidades alternativas reais. A regra foi, portanto, o monopólio efectivo de um comerciante para uma dada área geográfica, com a subsequente possibilidade, amplamente aproveitada, de “ajustar” os preços em seu benefício<sup>cxix</sup>. Para além do mais, este monopólio implicava tanto a compra quanto a venda, o que deu margem a situações que seriam “distorções” numa economia capitalista avançada, mas que eram funcionais no sistema colonial vigente em Angola. Com efeito, uma vez que a maior parte dos comerciantes dispunha de um capital líquido muito limitado, estando por outro lado mais interessado na compra do que na venda, a consequência foi um esforço permanente para comprar o menos possível a dinheiro. Esta meta era conseguida, essencialmente, por estratégias de três tipos: por um lado, estimulava-se o consumo dos agropastores, desde bebidas alcoólicas<sup>cxx</sup> até à criação de novas necessidades nos domínios mais diversos. Por outro lado, pôs-se em prática um sistema de crédito, às vezes contra o empenho antecipado da colheita ou de gado ainda por nascer<sup>cxxi</sup>, o que resolvia necessidades imediatas do agropastor (por ex., o pagamento de multas à administração colonial), mas servia principalmente para estimular mais o consumo e para obrigar o africano a aceitar os preços de compra e venda impostos pelo comerciantes. Em terceiro lugar, o comerciante europeu enganava sistematicamente o africano nas contas e nos pesos. Já nos anos 60 e 70, a administração colonial, preocupada tanto com a “contra-subversão” quanto com uma certa “modernização” da economia, tentou limitar os excessos desta situação pela introdução de “mercados rurais”, onde as transacções se faziam sob supervisão administrativa. Porém, no universo agropastoril, esta medida teve pouca influência, dado que os comerciantes levaram os agropastores a um boicote ou quase boicote, mediante a chantagem com o crédito ou pela sedução com ofertas<sup>cxxii</sup>.

A forma como se realizou o comércio da “sociedade central” com os agropastores, servia, portanto, à extracção da maior quantidade possível de gado, pequenas espécies animais e produtos agrícolas, em troca de contravalores (monetários, mas

preferencialmente produtos industriais ou agrícolas) o mais baixo possível<sup>cxviii</sup>. Com esta orientação, o comércio serviu para acelerar a acumulação na “sociedade central”, permitindo apenas uma acumulação muito reduzida nas “sociedades tributárias”<sup>cxix</sup>. Ao mesmo tempo, visava reduzir e, ultimamente, quebrar o sistema de auto-subsistência dos agropastores, levando-os à “integração no mercado”. Pode dizer-se que a finalidade da extracção foi plenamente conseguida e que a redução da anterior “autarcia” se deu numa medida limitada, mas já significativa. Não havendo dados exactos a este respeito é, no entanto, possível afirmar que, em matéria de alimentação, os agropastores pouco dependiam do comércio: não somente o volume de alimentos comprados foi insignificante, como não se tratava de produtos essenciais, à excepção, talvez, do sal<sup>cxv</sup>. Além disto, não teve expressão, no universo, o sistema da venda global da colheita, parcialmente armazenada pelo comerciante e revendida ao produtor no momento de necessidade. Com efeito, de uma maneira geral, os agropastores mantiveram o seu sistema tradicional de armazenamento com reservas que, muitas vezes, garantiam uma alimentação básica durante três ou mais anos. Em contrapartida, a venda de bebidas alcoólicas pelo europeu, assumiu proporções importantes. Também a roupa tradicional de pele caiu totalmente em desuso, durante o período em análise, sendo substituída por panos e, numa medida crescente, por roupa de corte europeu, tendo chegado a ser total a dependência dos têxteis vendidos pelo europeu. O uso de calçado não se generalizou<sup>cxvi</sup> e, como a confecção do calçado tradicional continuou a fazer-se em escala bastante larga, houve pouco mercado para o calçado europeu. Continuou também a confecção de utensílios domésticos (inclusive móveis) e de trabalho, que foram progressivamente substituídos por utensílios de fabrico europeu que, porém, no fim da época colonial, geralmente não chegavam a constituir a metade dos utensílios acumulados por família. Este processo de substituição explica-se pelo facto de os objectos europeus custarem preços considerados compensatórios (dado o trabalho que exige o fabrico de muitos objectos tradicionais) e de frequentemente serem de melhor qualidade. Via de regra, os objectos europeus comprados eram de um tipo elementar (enxadas, facas, painéis, etc.), sendo limitada a divulgação de objectos mais sofisticados, como no caso da bicicleta, charrua, máquina de costura e o rádio transistor. Uma análise, mesmo sumária, dos bens comprados pelo agropastor revela, portanto, que este não mais se encontrava em situação de reprodução autónoma, mas que, em certas áreas, tinha necessidades para cuja satisfação dependia da “sociedade central”. Revela também que estas necessidades continuaram extremamente reduzidas, de modo que daí foi possível uma certa acumulação (gado, utensílios, têxteis), em relação à situação anteriormente vigente.

É neste mesmo contexto que é preciso examinar de perto a questão da mão-de-obra assalariada oriunda das sociedades agropastoras. Por um lado, é certo que a edificação da economia colonial no sentido restrito (ou seja, a acumulação na “sociedade central”) fez-se em grande parte com base na exploração da “mão-de-obra indígena”<sup>cxxvii</sup> e que o universo agropastoril não fez excepção a esta regra. Por outro lado, houve diferenças importantes de grau, em relação ao universo agrícola. No total, a alienação dos meios de produção, concretamente a espoliação da terra, água e gado, conseguiu “libertar” somente uma pequena parte da mão-de-obra do universo. A estrutura interna de classes era geralmente pouco pronunciada, como se verá mais adiante, de modo que a pressão daí resultante, embora significativa em certas áreas, especialmente entre os Ambó, não foi maciça. O nível das “necessidades subjectivas” normalmente era ainda bastante baixo, agindo portanto como estímulo relativamente brando. Por outro lado, é de reiterar que o trabalho obrigatório, assalariado ou não assalariado, não chegou a atingir, no universo agropastoril, as proporções do universo agrícola, diminuindo ainda muito nos anos 50 e, terminando quase por completo, a partir dos anos 60. Como mecanismo repressivo com incidência neste campo, restou apenas o da pressão fiscal que levou à venda da força de trabalho quando não havia recursos alternativos, ou quando o agropastor preferia não sacrificar produtos pecuários ou agrícolas. Não foi, porém, este mecanismo o mais importante, no universo agropastoril, para levar à aceitação do trabalho assalariado. É preciso acrescentar que durante toda a fase aqui examinada, o colonizador continuou a “importar” para o universo, geralmente a título temporário, contingentes importantes de mão-de-obra, sobretudo oriunda do Centro de Angola, seja por razões demográficas, seja porque era mais “disponível” ou mais “maleável” do que a dos agropastores.

Daqui resulta em 1970/71 uma situação em que 82% dos chefes de família têm como ocupação exclusiva ou principal a pastorícia e/ou a agricultura por conta própria e que esta constitui a ocupação complementar para praticamente todos os restantes<sup>cxxviii</sup>. 15% tinham, no momento do inquérito, um trabalho assalariado não especializado como ocupação principal e 13% como complementar<sup>cxxix</sup>. Se este quadro aparece como semelhante ao do universo agrícola, há, no entanto, duas diferenças fundamentais: é muito limitada a proporção dos agropastor, “drenada” a título permanente para as cidades<sup>cxxx</sup> e a ocupação assalariada tem, no universo agropastoril, no total um carácter bastante menos permanente, do que no universo agrícola<sup>cxxxi</sup>. Pode ainda assinalar-se que a proporção da mão-de-obra assalariada,

de algum modo especializada, residindo nas áreas extra-urbanas do universo, se situa ao redor de apenas 1%, ao passo que é de cerca de 6% no universo agrícola<sup>cxxxii</sup>.

A área original de emprego, e que até ao fim da era colonial teve considerável importância, foi a das “concessões europeias”, pecuárias ou agrícolas. Porém, é justamente esta área que absorve muito pouca mão-de-obra do mesmo universo: a proporção tanto dos pastores assalariados, quanto da mão-de-obra agrícola assalariada situa-se ao redor de 1% da população adulta masculina<sup>cxxxiii</sup>. No caso da pastorícia, o facto explica-se pela necessidade relativamente limitada de mão-de-obra neste ramo. No caso da agricultura houve, porém, o fenómeno da resistência dos agropastores a este tipo de emprego, considerado humilhante e mal pago<sup>cxxxiv</sup>, de modo que as plantações das Zonas 23, 27 e do norte da Zona 22/29 tiveram que recorrer maciçamente a trabalhadores contratados da Zona 24 (Planalto Central). A mão-de-obra agrícola assalariada do universo concentrou-se nas Zonas 23, 27, 30 e no leste da Zona 22/29 (área da Bibala), onde a espoliação dos recursos naturais havia sido mais intensa. A partir dos anos 50, com a abolição do trabalho obrigatório e a consequente escassez de mão-de-obra, as pequenas e médias empresas agrícolas europeias, especialmente na Zona 30, recorreram com alguma frequência a um “contrato” de trabalho de curta duração com grupos constituídos normalmente por mulheres, “recuperando” desta forma a *ondjiluka*, uma forma tradicional de trabalho comum para fins de entre-ajuda.

Uma segunda área habitual de utilização de mão-de-obra foi a infra-estrutura colonial, nomeadamente estradas e caminhos de ferro. Para estas obras, o estado recorreu durante muito tempo ao trabalho forçado. Somente nos anos 60 e 70, chegou a utilizar, preponderantemente, mão-de-obra remunerada. Em contrapartida, a indústria, o comércio e o sector dos serviços urbanos utilizou desde o início uma mão-de-obra remunerada, de modo que o grosso dos agropastores à procura de trabalho canalizou-se para estes sectores. Dentro do universo, fortes contingentes desta mão-de-obra concentraram-se sobretudo nas cidades de Benguela, Moçâmedes e Lubango, assim como nas minas de Cassinga, embora sempre (à excepção de Lubango) em minoria relativa, em relação à proveniente de fora do universo. A migração do universo para o resto de Angola foi insignificante<sup>cxxxv</sup>. Em contrapartida, continuou durante todo o período a corrente de mão-de-obra para o exterior do país, dirigindo-se essencialmente para as minas da Namíbia, e em menor escala também para a República da África do Sul. Esta corrente recrutava-se principalmente entre os Ambó, mas também entre os Nyaneka-Nkhumbi das Zonas 31 e 34 e os Herero do

sul das Zonas 22/29 e 34. A preferência dada aos empregos ao sul da fronteira devia-se ao facto de os salários ali praticados e as demais condições de trabalho serem, via de regra, substancialmente melhores do que os oferecidos em Angola<sup>cxxxvi</sup>. Evidenciou-se aqui que, tanto em Angola, quanto na República da África do Sul, a acumulação capitalista pressupôs uma fase em que os salários pagos aos africanos eram insuficientes para a sua reprodução enquanto mão-de-obra, prevendo-se, portanto, a sua reprodução em maior ou menor parte, por uma economia de subsistência<sup>cxxxvii</sup>, tendo havido a este respeito um desfazamento no tempo, entre ambas as esferas.

Importa salientar que a incidência do trabalho assalariado, nas suas diferentes formas, variava fortemente, no interior do universo, constituindo mesmo um dos factores mais importantes de diversificação. Em meados dos anos 60, a proporção dos chefes de família cuja actividade na própria exploração era apenas acessória, era de 52% na Zona 23, de 30% na Zona 30 e de 26% na Zona 27, enquanto variava entre 4 e 7%, nas restantes zonas<sup>cxxxviii</sup>. A proporção da população activa cuja actividade económica, na mesma altura, se situava fora da exploração, dá um quadro ligeiramente diferente: 43% na Zona 23, 29% na Zona 27, 25% na Zona 35, 20% na Zona 30, 12% na Zona 22/29, 8% na Zona 31 e menos de 5% nas Zonas 33 e 34<sup>cxxxix</sup>.

Os dados de 1970/71, referentes ao chefes de família, mostram uma evolução significativa: na Zona 34 chega-se a 45%, na Zona 23 baixou-se para 33% e na Zona 30 para 28%, enquanto nas restantes zonas a variação se situa entre 14% e 19%<sup>cxli</sup>. Estes números não somente evidenciam uma diversidade de grau e uma tendência geral para um aumento do trabalho assalariado com flutuações notáveis, mas reflectem também situações estruturalmente diferentes. Em áreas de redução mais incisiva dos meios de produção naturais, *grosso modo* as mesmas onde se registou uma expansão da componente agrícola, a orientação da produção agrícola para o mercado europeu e, portanto, uma *peasantization* pronunciada, fica patente que o processo “logicamente” subsequente da proletarianização já tinha dado uma série de passos<sup>cxli</sup>.

Em outras áreas, onde as condições ecológicas impõem limitações severas às possibilidades da agricultura, uma percentagem mais elevada de mão-de-obra assalariada indica também a impossibilidade crescente de fazer frente às exigências combinadas da subsistência e da extracção administrativo-comercial, por meio da economia tradicional agropastoril e um encaminhamento para a proletarianização sem

uma *peasantization* maciça. O exemplo mais marcado da primeira situação constitui a zona 23, e da segunda a zona 34, havendo ainda casos de forte *peasantization* sem muita proletarização, como a Zona 31, e casos onde ambos os processos não foram muito longe, como a 33. Em termos globais, convém no entanto reiterar que a *peasantization* e/ou proletarização no universo agropastoril ficou aquém da verificada no universo agrícola, e que a situação económica no seu conjunto incluída portanto, a componente básica da subsistência, era bastante menos dramática do que no resto de Angola<sup>cxlii</sup>.

O conjunto das mudanças aqui assinaladas teve implicações importantes para a função económica das unidades sociais dos diferentes níveis. Antes da ocupação colonial, as famílias (em sentido restrito) eram geralmente de tal modo integradas nas unidades do tipo *cilongol mukunda*, que a “exploração familiar” não podia ser considerada como unidade autónoma de produção. Além disto, como se verá adiante, estas unidades faziam geralmente parte de um unidade política maior, abrangendo/constituindo uma (sub)etnia, que tinha funções de “auto-regulação” no terreno da pecuária e da agricultura assim como, frequentemente, de controlo das actividades comerciais<sup>cxliii</sup>. Malgrado a persistência de uma certa articulação política própria, depois de imposta a administração colonial, e apesar de uma consciência étnica nítida, as unidades maiores perderam rapidamente quase toda a sua relevância económica. As unidades do tipo *cilongol mukunda* mantiveram em geral um alto grau de identidade e de coesão, mas conservaram importantes funções de produção/auto-regulação económica apenas onde o sistema de auto-subsistência se manteve bastante intacto, ou seja, especialmente (embora não de uma maneira uniforme) entre os Ambó. De resto é a “família extensa” (*eumbu* ou *ongubu*) que passa a ser a célula cada vez mais autónoma da produção económica/reprodução material<sup>cxliv</sup>. É certo que a grande maioria das famílias permanece na sua unidade de linhagem e reage às condições coloniais a partir deste contexto. Porém, na medida em que o *cilongo* deixa de reagir e de se organizar colectivamente, no campo económico produz-se uma diversidade cada vez mais acentuada de respostas a uma e mesma situação, por parte das famílias pertencentes à mesma unidade, respostas estas que são cada vez menos concertadas, em nível de *cilongo*.

Uma ilustração desta diversidade é fornecida pelos dados de inquérito “rural”, referentes a duas unidades agropastoris: o *cilongo* Ntano da Zona 30 e o *cilongo* Kalei, da Zona 34. Ntano, situado a 15 km da vila da Huíla, é Mwila, e Kalei, situado a 5 km de Roçadas, é Nkhumbi<sup>cxlv</sup>; ambos existem no mesmo local desde data anterior

a 1930. Em termos do universo agropastoril, ambos se encontravam numa posição de relativa proximidade à “sociedade central”, tanto mais que havia várias “concessões agrícolas europeias” perto de Ntano, inclusive uma a menos de 5 km e que concessões europeias se encontravam também num perímetro de 10 km de Kalei. A repercussão desta proximidade sobre as actividades económicas dos dois *cilongo* é manifesta. Entre os chefes de família, uma maioria continuava a ser agropastor: 60% em Ntano e 65% em Kalei<sup>cxlvi</sup>. Uma agricultura não acompanhada de criação de gado bovino, mas conjugada com a criação de pequenas espécies animais, era a ocupação de 22% em Ntano, e de 11% em Kalei. O trabalho assalariado na agricultura europeia ocupava um lugar pouco importante: 7% e 1%, respectivamente. Porém, em Ntano, 10% tinha uma ocupação assalariada não agrícola, enquanto em Kalei já eram 23%, dos quais 11% com alguma qualificação profissional (ausente em Ntano). O quadro é diferente desde que se leva em conta toda a população economicamente activa e os diferentes tipos de actividades que exerciam os membros de uma mesma família - de 2 a 4 em Ntano, 3 a 4 em Kalei. Em Ntano, 56% das famílias concentravam as suas actividades numa produção agropastoril e 66% em Kalei. Uma concentração numa agricultura/criação de pequenas espécies animais verificou-se em 15% dos casos em Ntano, e apenas em 5%, em Kalei. Em ambos os *cilongo*, o trabalho assalariado aparece em 21% das famílias, mas em combinações diversas. Em 11% e 5% dos casos, respectivamente, um trabalho agrícola assalariado encontrava-se complementarmente associado a uma agricultura (e, excepcionalmente, pastorícia) por conta própria. Em 18% e 24% das famílias, ocorre um trabalho assalariado não agrícola que predomina em 13% - 20% dos casos, embora sempre combinado com actividades agrícolas<sup>cxlvii</sup>.

A importância relativa das diferentes actividades é ressaltada pela relação das fontes de renda monetária, em cada um dos dois *cilongo*: os três primeiros lugares eram ocupados pela venda de milho, de massambala e de pequenas espécies animais, em Ntano; pela venda de massango e massambala e pelo trabalho migratório, em Kalei. A relação ressalta o facto de que a criação já reduzida de gado bovino se destinava, essencialmente, à subsistência e que o trabalho assalariado não ocupava ainda um lugar de primeira importância. Por outro lado, as despesas por família durante o ano agrícola de 1969/70 - aqui utilizadas como indicador do rendimento monetário - demonstram que uma proporção maior de trabalho assalariado se reflectia, imediatamente, neste plano: em Ntano, 55% das famílias gastaram menos de Esc. 2.300, 34% de Esc. 2.300 a Esc. 4.200, 9% de Esc. 4.200 a 6.000 e 2% mais de Esc. 8.000; em Kalei, as proporções correspondentes foram de 16%, 18%, 44% e 21%.

O ponto alcançado no processo de acumulação e, simultaneamente, no processo da “dependentização” em relação aos produtos europeus, é bem ilustrado por um inventário dos bens móveis. Em ambos os *cilongo*, 98% das casas eram de pau-a-pique, sem revestimento e com tectos de capim, compostos por uma só divisão; em Ntano eram inferiores a 25 m<sup>3</sup> em 83% dos casos, em Kalei em apenas 16% dos casos. A acumulação/utilização de produtos europeus foi, portanto, mínima neste terreno. A situação já era diferente em relação ao mobiliário: em Ntano, só 3% tinham mesa e 32% cadeiras; em Kalei, 32% e 66% respectivamente. Existiam colchões em 6% e 25% dos casos respectivamente, mas todos tinham esteiras de fabrico tradicional. Dão-se situações semelhantes no que respeita aos utensílios: em ambos os *cilongo*, todas as famílias possuíam instrumentos de cozinha de fabrico próprio, sendo 20 em média em Ntano e 37 em Kalei. Em Ntano, 92% possuíam também instrumentos de cozinha europeus, sendo a média apenas de 6; em Kalei, todos os possuíam e a média era de 29. Importa salientar que todos possuíam instrumentos agrícolas, geralmente europeus e de confecção simples, enquanto 83% e 89%, respectivamente, tinham instrumentos de pesca e/ou caça, na maioria de fabrico próprio.

## Articulação política e estrutura social

A análise da situação económica põe em relevo uma configuração histórica em que as sociedades agropastoris aparecem “amarradas” à sociedade central e fortemente condicionadas por ela, mas ao mesmo tempo ainda no total com uma margem considerável para organizarem a sua reprodução enquanto “sistemas”<sup>cxlviii</sup> distintos. Uma incorporação<sup>cxlix</sup> parcial análoga verifica-se em nível político onde se mantiveram mecanismos de articulação próprios das sociedades tributárias que, juntamente com os mecanismos económicos, contribuíram para determinar a estrutura de classe destas sociedades. Apesar dos elementos extremamente escassos de que se dispõe até hoje sobre o assunto, parece possível e oportuno indicar algumas características básicas da situação prevalecente nas últimas décadas.

Depois de estabelecida a dominação colonial e extinta a soberania das diferentes unidades políticas africanas do universo, a sociedade central não interveio de uma forma directa e maciça na organização social dos povos agropastoris. Estes, no terreno habitualmente designado pelo termo “direito costumeiro”, continuaram geralmente a reger-se pelas suas normas tradicionais, mantendo os seus próprios

mecanismos de arbitragem jurídica e administrativa. Tratava-se aqui da resolução de conflitos e de “questões” (“macas”, na linguagem coloquial) entre membros da mesma unidade social, desde heranças e divórcios até litígios pela utilização de terrenos e pontos de água, problemas de propriedade e delitos de toda a ordem. Os aparelhos repressivos do estado colonial raramente se imiscuíram nestes assuntos, preferindo reagir somente quando interesses da sociedade central pareciam de algum modo em jogo. Uma forma mais incisiva de intervenção foi a acção missionária que visava não apenas a aceitação da fé e da moral cristãs por parte dos indivíduos, mas frequentemente também a constituição de comunidades cristãs, agregadas em torno de missionários e catequistas<sup>cl</sup>. Porém, no universo agropastoril o impacto social do cristianismo foi quantitativa e qualitativamente bastante inferior ao que se produziu no universo agrícola<sup>cli</sup>. Só excepcionalmente houve situações em que representantes de uma ou outra igreja chegaram a ter localmente um papel preponderante na arbitragem interna, sendo menos excepcional que preenchessem uma função subsidiária neste terreno.

Por outro lado, o avanço da sociedade central, em particular a sua expansão económica e administrativa, de uma forma geral não afectou os agropastores a um título meramente individual. Ou melhor, confrontados com mudanças mais ou menos incisivas nas suas condições de reprodução, as populações do Sul de Angola enfrentaram normalmente as novas situações enquanto colectividades, (re)organizando-se em comum dentro das limitações que lhes eram impostas e em função das possibilidades ao seu alcance. Esta tendência foi consciente e/ou inconscientemente reforçada pela própria administração colonial que se dirigia com frequência não aos indivíduos, mas às colectividades, para lhes comunicar as suas determinações e exigências (pagamentos de impostos, fornecimento de mão-de-obra, limitações na utilização de terras e águas ou na circulação de pessoas, recenseamentos, etc., etc.) ou então os seus “oferecimentos” (captações de água, vacinas para o gado e, mais tarde, escolas), deixando a cargo da colectividade o cuidado de se organizar para cumprir as “ordens do posto”. E as colectividades agropastoris, de facto, decidiram em comum as adaptações necessárias no sistema de transumância e na utilização de água, sobre a adopção ou rejeição de novas culturas, sobre a participação na construção de escolas, etc..

Ora, a articulação dos agropastores para resolver os “assuntos internos” e para reagir às consequências resultantes da evolução da situação colonial fez-se, como é natural, basicamente nos mesmos moldes já existentes antes da ocupação colonial,

com a evidente diferença que as diversas instâncias políticas tiveram uma área de competência mais reduzida. É importante sublinhar que, na maior parte do universo, estes mecanismos tiveram uma forte feição hierárquica. Localmente, no âmbito das unidades sociais/habitacionais restritas seja do tipo “família extensa”, seja de aldeias ou equivalentes os homens (ou os chefes de família) reuniam-se em muitos casos com uma certa regularidade, para debater e decidir problemas da respectiva comunidade<sup>clii</sup>. Mais frequentemente, porém, a instância política/administrativa/jurídica dominante foi a dos chefes “tradicionais” com os seus conselheiros e delegados/auxiliares.

Apesar de variações às vezes importantes, há um padrão geral de que compartilha a maior parte dos povos do universo. Num primeiro escalão, existem unidades políticas de base, constituídas por uma combinação de critérios de residência e de linhagem: a *mukunda* dos Ambó e Nkhumbi, o *cilongo* dos Nyaneka que são regidos por um chefe hereditário, pertencente a uma família considerada “aristocrática”<sup>cliii</sup>. Este chefe é assistido por um conselho composto por elementos não hereditários, designados pelos membros da respectiva unidade política. Não raramente, o chefe dispõe de delegados/auxiliares, encarregados da “administração” de sub-unidades. Num segundo escalão, existem unidades maiores, frequentemente correspondentes ao âmbito de uma “tribo”, que também se articulam ao redor de um chefe hereditário, assistido por um conselho composto por elementos por ele designados, algumas vezes chefes de unidades do primeiro escalão. Há, no entanto, uma série de exceções a esta regra: certas “tribos”, tais como os Nkhumbi “propriamente ditos” dividem-se em várias unidades políticas do segundo escalão; outras, como os Hinga e as “tribos” Herero do universo, nunca dispuseram de chefes “tribais”, mas articulam-se através de assembleias de chefes do primeiro escalão (ou mesmo de “famílias extensas”)<sup>cliv</sup>; outras ainda, como os Mwila<sup>clv</sup>, perderam qualquer coesão política no segundo escalão, em consequência de uma ocupação colonial particularmente brutal. Finalmente, em pelo menos dois casos mantém-se *paramount chiefs* cujo domínio abrange mais do que uma só “tribo”: o chefe comum dos Kwanyama, Evale e Kafima e o chefe comum dos Mbadja, Khwankhwa e Ndombondola<sup>clvi</sup>. Em princípio, a articulação entre os escalões faz-se de tal modo que os assuntos que excedem em importância o primeiro escalão passam para o segundo e, daí, eventualmente para o terceiro, havendo porém critérios variáveis quanto ao que cabe a um escalão ou outro.

A conclusão global é, portanto, que na maior parte do universo a instituição dos chefes hereditários se manteve durante a era colonial, embora com quebras e

ultimamente com um peso reduzido em comparação com a época pré-colonial. A sua posição baseava-se não somente na necessidade das sociedades agropastoris de que fossem exercidas as funções de arbitragem e de articulação acima descritas, mas também, numa legitimação ideológico/religiosa oriunda dos modos de produção pré-capitalistas e que continuou a ter um vigor em parte diminuído, mas geralmente ainda bastante forte. A “necessidade social” dos chefes hereditários e a sua legitimação ideológica conferiu-lhes uma autoridade por vezes considerável e deu-lhes possibilidades de controlo relativamente extensas: além das arbitragens nos conflitos, assumiram a selecção dos indivíduos para o trabalho obrigatório para o estado colonial, autorizavam as deslocações daqueles que se empregavam como mão-de-obra migratória, concediam licenças para ocupar/utilizar/trocar terrenos, etc..

É preciso ressaltar que não se tratava aqui de um exercício “gratuito” do poder, por parte de indivíduos isolados, mas que houve sempre implicações importantes no terreno da economia política. De facto, os detentores de títulos políticos hereditários e as famílias “aristocráticas” correspondentes constituíam, já antes da ocupação colonial, uma camada social com feições de classe<sup>clvii</sup>. Via de regra haviam conseguido, na época pré-colonial, uma acumulação privilegiada, embora por vezes de importância muito relativa, reflectida na posse de gado e de bens de uso<sup>clviii</sup>. Ora, apesar de residual, a posição política mantida durante a época colonial possibilitou-lhes a sua reprodução como camada economicamente mais ou menos privilegiada, uma vez que lhes facultava ingressos em espécie ou em dinheiro que em alguns casos devem ter sido bastante limitados, chegando porém a ter um peso apreciável noutros: taxas por cada acto de arbitragem ou acto administrativo<sup>clix</sup> e tributos, ou regulares ou ligados à concessão de licenças<sup>clx</sup> ou levantados *ad hoc*<sup>clxi</sup>. Estes ingressos, embora fossem em parte investidos em bens de uso e de consumo, serviam essencialmente para manter ou aumentar a riqueza em gado sendo importante anotar que se tratava aqui de uma acumulação à margem da economia central e, que, para a camada “aristocrática”, se tornou assim desnecessária a venda da sua força de trabalho.

Ora, foi a existência de uma camada social economicamente privilegiada em decorrência da sua função política (e ideológica) que conferiu à interacção com a sociedade central a sua característica específica. Depois de vencer, *manu militari*, a resistência dos chefes políticos agropastoris à ocupação colonial e de lhes reduzir drasticamente o seu poder, a sociedade central contribuiu significativamente para que pudessem manter um poder mais ou menos considerável. Os “agentes

económicos” da expansão colonial, no caso, especialmente os comerciantes do mato e os angariadores de mão-de-obra, agiram com o seu habitual realismo, ao apoiarem-se, por um lado, na administração colonial e, ao garantir-se, por outro lado, a cooperação dos chefes políticos, mediante “presentes” e tratamentos de favor, sempre que tal procedimento lhes parecia útil. Mais importante foi porém o facto de que a própria administração colonial chegou à conclusão de que, durante uma fase de transição, seria útil instrumentalizar em seu proveito a instituição dos chefes políticos “tradicionais”.

Consequentemente, foi reconhecido aos chefes do primeiro escalão designados pelo termo genérico de “seculo”<sup>clxii</sup> uma certa representatividade, e concedido um direito (mal definido) de “falarem em nome do seu povo”. Em contrapartida, foi-lhes porém exigido que preenchessem uma função auxiliar para o aparelho colonial de estado, servindo como correias de transmissão das determinações administrativas e como responsáveis do cumprimento destas determinações por parte dos membros da respectiva unidade política - que, desta maneira, se tornou para o sistema colonial uma unidade administrativa “semiformalizada”. Já nos anos cinquenta, os “seculos” começaram a ser formalmente integrados na administração colonial, recebendo uniformes e uma certa remuneração anual<sup>clxiii</sup>, “ascendendo” alguns, nos últimos anos coloniais, ao *status* mais elevado de “regedor”<sup>clxiv</sup>. Convém ressaltar que a estratégia colonial não conseguiu reduzir os “seculos” a esta função auxiliar, mas que estes continuaram a ser para os agropastores, antes de tudo, os seus chefes legítimos e os encarregados de lhes assegurar o máximo possível de “auto-regulação”. Na maioria dos casos, os “seculos” nem sequer podiam ser considerados servidores “leais” das autoridades coloniais, dado que muitos cumpriram a contragosto a função auxiliar que lhes havia sido imposta e que implicava frequentes humilhações por parte dos funcionários coloniais subalternos. No entanto, não há dúvida que esta função lhes servia em geral “objectivamente” para fortalecer a sua posição no seio do seu grupo social e, inclusive, para lhes garantir ingressos adicionais<sup>clxv</sup>. Em certos casos, provavelmente minoritários no universo agropastoril, a administração colonial nos anos sessenta, procedeu à designação como “seculo” ou “regedor” não de chefes hereditários, mas de pessoas da sua própria escolha. Estes “seculos de posto” eram, porém, apenas tolerados pelos agropastores como um mal inevitável e puderam na prática exercer as suas funções apenas mediante a aprovação de todos os seus actos pelos chefes hereditários<sup>clxvi</sup>. Por conveniência sua, a administração colonial passou também a designar “seculos de posto” para as unidades políticas agropastoris onde a instituição dos chefes hereditários não existe, por exemplo os Herero, e onde

o “seculo” pouco mais era do que um preceptor de impostos<sup>clxvii</sup>.

Os chefes do segundo e terceiro escalão - genericamente designados pelo termo “soba” - não foram incorporados na sistemática formal da administração colonial<sup>clxviii</sup>. Tendo sido os representantes da soberania africana e da resistência à ocupação colonial, em princípio, viram negada pelo colonizador qualquer autoridade política legítima. Em casos extremos, como o dos Mwila, deixaram de existir; noutros, a sua posição entre os próprios agropastores ficou bastante enfraquecida, de modo que as funções de “auto-regulação política” que ainda assumiram eram muito reduzidas, perdendo-se na mesma medida a sua situação económica privilegiada. Mesmo no caso dos Ambó, cujos dois *paramount chiefs* residentes em território angolano conservaram bastante autoridade<sup>clxix</sup>, esta instância já não tinha a força suficiente para garantir o planeamento central dos roteiros de pastagem/transumância, de modo que muitos dos melhores pastos foram sobrecarregados e os que se situavam ao redor de vários pontos de água completamente destruídos<sup>clxx</sup>. De um modo geral, embora com um êxito variável, a administração colonial tentou fortalecer a posição dos “seculos” em detrimento da dos “sobas”. Porém, conforme as situações, os agentes económicos e administrativos da sociedade central não raramente solicitaram a colaboração dos “sobas”, quando tal parecia indispensável ou prometia dar resultados melhores<sup>clxxi</sup>.

A situação daí resultante foi bastante mais complexa e diferenciada do que pode transparecer num breve resumo. Este revela, porém, em muitas partes do universo agropastoril, a existência de traços pertencentes a um padrão de articulação entre o modo de produção capitalista e modos de produção pré-capitalistas, comum a muitos países africanos, durante e depois da dominação colonial: uma aliança do capitalismo em expansão com uma camada política e ideologicamente dominante em sociedades pré-capitalistas por ele instrumentalizadas<sup>clxxii</sup>. Aliança esta que no caso especialmente entre os Ambó e os Nkhumbi favoreceu, sem a determinar exclusiva nem necessariamente, a manutenção de clivagens económicas que poderiam facilitar uma ulterior incorporação total numa sociedade capitalista de classes.

Mesmo em nível de generalização, o quadro que se acaba de esboçar, exige uma dupla relativização. Por um lado, a situação no universo foi a este respeito tudo menos uniforme, conforme ficou patente em vários pontos da análise. De um modo geral, pode dizer-se que a margem de “auto-regulação política”, a coesão social e política das unidades do primeiro e do segundo escalão, a força política/ideológica

dos chefes hereditários e a persistência de uma camada “aristocrática”, economicamente privilegiada, foram aspectos concomitantes e que se encontraram no fim da era colonial de uma forma relativamente mais marcada no sul do universo do que no norte<sup>clxxxiii</sup>.

Por outro lado, é preciso destacar que não se tratou evidentemente de uma situação estática, mas de um processo que levou a transformações progressivas. Dos anos 50 a 70, a função de arbitragem interna era exclusivamente exercida pelos chefes “tradicionais”, mas, ainda que excepcionalmente, os chefes de posto, para além dos missionários, começaram a jogar um certo papel neste campo<sup>clxxxiv</sup>. Uma implantação mais densa dos serviços administrativos levou a um enquadramento algo mais apertado dos agropastores, reduzindo-lhes passo a passo a sua margem de “auto-regulação política”. Ao mesmo tempo, aumentou a tendência dos agropastores para reagir a um título individual às pressões e oportunidades económicas e outras. Esta tendência foi fortalecida não só pela lenta penetração de um cristianismo que favorecia a individualização, mas também pela experiência temporária que muitos agropastores tiveram de uma vida proletária na sociedade central, angolana ou namibiana<sup>clxxxv</sup>. Finalmente, o acesso a uma situação económica privilegiada tornou-se possível através de outras vias que a detenção do poder político: o trabalho assalariado, especialmente o das minas da Namíbia, ou uma “capacidade empresarial” que soube aproveitar as oportunidades (por exemplo, pela inovação de culturas e técnicas), permitiram a uma minoria de agropastores uma certa (muito relativa) acumulação adicional; alguns (poucos) “assimilados rurais”, geralmente produtos das escolas missionárias, estabeleceram-se como comerciantes.

Tomados no seu conjunto, estes factores que isoladamente tiveram pouca expressão no universo concorreram para provocar uma corrosão lenta (regionalmente sempre desigual) dos mecanismos de articulação política e da autoridade “tradicional” dos chefes hereditários. Esta evolução foi reforçada pela experiência concreta de situações em que os agropastores se viram confrontados com graves problemas afectando a sua colectividade e que os seus chefes “tradicionais” se mostraram incapazes de resolver. Um exemplo elucidativo é o dos Kwanyama que se encontraram, nos primeiros anos 70, numa situação ressentida como intolerável, devido à penetração do *agro-business* na Zona 35, sem que os seus chefes tivessem condições para oferecer resistência. Nesta situação, uma resistência foi articulada, pouco depois da greve dos Ambó na Namíbia em 1977, por elementos que não pertenciam à aristocracia e que conseguiram fazer aceitar as

suas reivindicações pela administração colonial<sup>clxxvi</sup>.

## Aspectos da situação ideológica

No quadro das categorias utilizadas na discussão teórica dos modos de produção<sup>clxxvii</sup>, o “nível ideológico” abrange um campo bastante amplo que inclui os aspectos comumente designados por termos como “cultural”, “psicossocial”, “religioso”, etc.. No presente contexto, focaremos apenas três dimensões inter-relacionadas que parecem de maior relevância para a análise proposta: a identidade étnica, o distanciamento em relação à sociedade central e o distanciamento em relação à formação social no seu conjunto.

As unidades étnicas do universo agropastoril, constituídas antes da ocupação colonial, mantêm até hoje a sua identidade de uma forma bastante nítida. A quase totalidade dos agropastores possui uma consciência perfeita da “tribo” a que pertence, como aliás também da “linhagem” e da unidade política (do primeiro e, eventualmente, do segundo escalão) de que faz parte.

Convém ressaltar que a distinção entre as divisões étnicas e as divisões políticas nem sempre é fácil de fazer. Assim, no caso dos Nkhumbi e dos Handa, a formação histórica de unidades políticas do segundo escalão, geralmente ligada a migrações, não parece ter enfraquecido a consciência de pertencer à mesma etnia, nem produzido diferenças “culturais” que justifiquem falar em diferentes “tribos”<sup>clxxviii</sup>. Tais diferenças existem no caso dos Ambó e dos Herero, onde portanto é legítimo falar de “tribos”, mas onde não desapareceu a consciência destas “tribos” de fazerem parte de um grupo étnico maior. No caso dos Ambó, a identificação com este parâmetro maior, embora menos forte do que a identificação “tribal”, é possivelmente suficiente para que se possa falar em “nação”<sup>clxxix</sup>. Para uma maioria dos Ovimbundu residentes no universo agropastoril, excluindo as etnias “umbundizadas”, a identificação com o seu grupo etnolinguístico foi no fim da era colonial provavelmente mais importante do que a identificação com a “tribo” respectiva, ocorrendo o mesmo entre os Cokwe<sup>clxxx</sup>. Em contrapartida, nas “tribos” Nyaneka e Ngangela não parece haver uma consciência de pertencerem a uma etnia maior.

Em algumas “tribos”, especialmente entre os Herero, a preocupação da preservação da identidade étnica levou à introdução de uma endogamia estrita que se manteve

durante toda a era colonial. Noutras, indivíduos oriundos de etnias diferentes foram incorporados sem problema, sendo um exemplo a destacar os Ovimbundu que vieram ao universo agropastoril como comerciantes e/ou como mão-de-obra migratória a caminho da Namíbia e que aí se fixaram definitiva ou temporariamente. Em contrapartida, a incorporação de números maiores de “estranhos” colocou um problema de identidade que parece resolver-se, geralmente, pela constituição de uma identidade colectiva nova e distinta. Assim, os Nyemba, hoje uma “tribo” Ngangela, têm a sua origem num grupo de Ngangela “propriamente ditos” que se misturou com os escravos na sua posse há poucas gerações<sup>clxxxix</sup>. O fenómeno da constituição de uma identidade étnica nova também se observa naqueles caso em que números maiores de indivíduos saíram do seu contexto étnico anterior e se misturaram entre eles: além dos pequenos grupos dos Ovimbali e dos Oviwomu, antigos escravos/servidores, respectivamente, dos portugueses e dos bôeres, marcados pela influência “cultural” de um ou de uma outra “etnia colonizadora”, há o caso dos Ngendelengo, geralmente considerados como uma pequena “tribo” Herero, mas que na verdade são o resultado de uma mistura de Mwila, Mukwando<sup>clxxxii</sup> e Kuvale marginalizados/expulsos pelas suas respectivas “tribos”<sup>clxxxiii</sup>. Em tempos mais recentes, os Mukwando da Zona 33 começaram a identificar-se como Ngambwe para escapar à discriminação social<sup>clxxxiv</sup>, sendo ainda cedo para se poder antecipar o que daí resultará. É de ressaltar que só muito excepcionalmente - assim entre parte dos Mwila da região da Chibia<sup>clxxxv</sup> - houve os primeiros começos de uma mistura indiscriminada com elementos de outras etnias e de uma subsequente perda de identidade étnica sem a constituição de uma identidade nova.

Esta manutenção da identidade étnica andou de par, até ao fim da era colonial, com a flagrante distância que os povos do universo agropastoril com a evidente excepção dos Ovimbali e Oviwomu tomavam em relação à sociedade central. No caso dos Nyaneka-Nkhumbi e dos Herero, este distanciamento, expressão de uma vontade de se afirmar como grupos sociais distintos com um valor próprio, equivaleu a um fechamento e, no caso dos Ambó, a atitude teve como conotação um certo sentimento de superioridade em relação ao europeu.

No inquérito “sócio-educacional”, houve duas perguntas que provocaram respostas muito elucidativas neste sentido. A primeira colocou aos chefes de família a hipótese de se transferirem do contexto social de origem para outro contexto - hipótese esta que foi favoravelmente considerada por apenas 3% dos entrevistados<sup>clxxxvi</sup>. Interrogados sobre a sua eventual aspiração em exercer uma profissão diferente da

actual, de uma forma ou outra ligada à sociedade central, somente 12% responderam afirmativamente<sup>clxxxvii</sup>.

Mais expressivos ainda são os resultados relativos à aculturação, considerada como um processo multidimensional de assimilação/acomodação<sup>clxxxviii</sup> e medida por uma série de indicadores de vária ordem. Assim, a limitada “penetração cultural” da sociedade central já é documentada pelo facto de que em 1970 apenas 30% dos agropastores adultos se vestiam à europeia e que somente 10% utilizavam calçado europeu<sup>clxxxix</sup>. É certo que esta situação reflectiu em parte um baixo poder de compra, mas o fenómeno foi na sua maior parte determinado por uma rejeição consciente dos padrões “culturais” europeus ou por uma hierarquia de valores onde a aquisição de roupa europeia teve uma posição baixa.

De certo modo mais significativa foi a não aculturação verificada no campo da língua. No total da população agropastoril com 6 anos e mais, 75% não tinham, no fim da era colonial, qualquer conhecimento da língua portuguesa e somente 11% falavam o idioma da sociedade central com alguma - geralmente muito relativa - fluência<sup>cxc</sup>. Convém ressaltar que mesmo os que tinham algum conhecimento do português, não o utilizavam praticamente nunca no âmbito das suas sociedades, mas tão somente para a comunicação com o colonizador<sup>cxc</sup>.

O inquérito sondou também o grau de assimilação, pelas sociedades agropastoris, do horizonte geográfico dos brancos de Angola, bem como o horizonte histórico traçado pela interpretação então prevalecente em Portugal e cuja imposição aos não europeus se tentava pela escolarização, sobretudo a partir dos anos sessenta<sup>cxcii</sup>. O resultado é praticamente nulo, em ambos os casos: apenas 2% dos chefes de família possuíam algum, mesmo fragmentário, conhecimento do horizonte histórico, e a proporção relativa ao horizonte geográfico foi 6%<sup>cxciii</sup>.

No campo religioso, a aculturação foi a mais notável: 59% dos chefes de família entrevistados afirmaram serem cristãos<sup>cxciv</sup>. Porém, esta constatação deve ser relativizada de várias maneiras. Por um lado, apenas 15% dos mesmos entrevistados obedeciam aos critérios de uma prática cristã “regular”, no sentido de serem baptizados, terem feito casamento religioso e frequentarem regularmente o culto. Por outro lado, é manifesta a coexistência de ideias e práticas religiosas “tradicionais” com as cristãs, entre os que se consideram cristãos. Finalmente, a penetração do cristianismo entre os agropastores, geralmente na sua forma católica romana, acusa

variações regionais muito fortes, sendo por exemplo importante entre os Ambó, os Ovimbundu e os “umbundizados”, e pouco significativa entre os Nyaneka-Nkhumbi e os Herero<sup>cxv</sup>.

No total, o processo de aculturação foi portanto bastante limitado no universo<sup>cxvi</sup> e, apesar da sua maior intensidade na última década da era colonial, as sociedades agropastoris estavam muito longe de uma “incorporação cultural” nos padrões defendidos<sup>cxvii</sup>, em última análise com vistas a uma integração da formação social angolana, em nível ideológico.

Nesta constatação, está implícita a conclusão que se impõe com respeito à atitude dos agropastores em relação à formação social angolana no seu conjunto. Pode afirmar-se bastante categoricamente que as sociedades tributárias do Sul de Angola, na sua esmagadora maioria, não chegaram a considerar-se, até ao fim da era colonial, como parte desta formação social em vias de se constituir. É certo que havia nisto variações, numa escala que, *grosso modo*, ia provavelmente dos Ovimbundu e “umbundizados” aos Ambó, Herero e Khoi/Twa. De qualquer maneira, o sentimento dominante foi o de constituírem uma série de entidades sociais próprias e distintas, confrontadas com a “etnia colonizadora” e a sociedade criada em torno desta, obrigadas pela força a acomodar-se no quadro administrativo, económico, etc., imposto pelo colonizador, mas sem que se identificassem com ele.

## BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Ilídio do  
1962 *Ensaio de um estudo geográfico da Rede Urbana de Angola*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- ANDRADE, Mário de & OLLIVIER, Marc  
*La guerre en Angola: Étude socioéconomique*, Paris: Maspero.
- BARNETT, Don & HARVEY, Roy  
*The Revolution in Angola: MPLA, Life Histories and Documents*, Indianapolis e Nova York: Bobbs Merrill.
- BASTOS, Augusto  
*Traços geraes sobre a ethnographia do Districto de Benguella*, Famacião: Minerva.
- BAUMANN, Hermann  
1907 “Vorwort”, in: A. Hauenstein, *Les Hanya: Description d'un groupe ethnique bantou de l'Angola*, Wiesbaden: Steiner, pp. VII XX.  
“Die Sambesi Angola Provinz”, in: idem (ed.), *Die Völker Afrikas und ihre kulturellen Traditionen*, Vol. 1, *Allgemeiner Teil und Südliches Afrika*, Wiesbaden: Steiner, pp. 513-648.

- BENDER, Gerald J.  
1972 "The Limits of Counterinsurgency: An African Case", *Comparative Politics*, 4 (3), pp. 331-360.  
"Planned Rural Settlements in Angola, 1900-1968", in: F.W. Heimer (ed.), *Social Change in Angola*, Munique: Weltforum Verlag, pp. 235-279.
- BETTENCOURT, José de Sousa & COTTA, Gonçalves  
1962 "Os grupos autóctones do deserto do Namibe", *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, 1, pp. 3-52.
- BORCHERT, Gunter  
*Die Wirtschaftsräume Angolas: Transportprobleme und Rentabilitätsgrenzen der Produktion*, Hamburgo: Institut für AfrikaKunde.
- CAETANO, Marcello  
1954 *Os nativos na economia africana*, Coimbra: Coimbra Editora.
- CAPELA, José  
1973 *O vinho para o preto: Notas e textos sobre a exportação do vinho para África*, Porto: Afrontamento.  
1977 *O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*, Porto: Afrontamento
- CARVALHO, Eduardo Cruz de  
1963 "Esboço de Zonagem Agrícola de Angola", *Fomento: Técnica e Economia Ultramarinas*, 1 (3), pp. 67-72.  
1974 "Traditional and Modern Patterns of Cattle Raising in South Western Angola. A Critical Evaluation of Change from Pastoralism to Ranching. *Journal of Developing Areas*, 8 (2), pp. 199-226.
- CARVALHO, Eduardo Cruz de & SILVA, Jorge Vieira da  
"The Cunene Region: Ecological Analysis of an African Agro Pastoral System", in: F.W. Heimer (ed.), *Social Change in Angola*, Munique: Weltforum Verlag, pp. 145-192.
- CARVALHO, Ruy Duarte de  
1997 *Aviso à Navegação. Olhar Sucinto e Preliminar sobre os Pastores Kuvale da Província do Namibe com um Relance sobre as Outras Sociedades Agropastoris do Sudeste de Angola*, Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.  
1999 *Vou lá Visitar Pastores. Exploração Epistolar de um Percurso Angolano em Território Kuvale (1992-1997)*. Lisboa: Cotovia.  
2002 *Os Kuvale na história, nas guerras e nas crises : Artigos e comunicações, 1994-2001*, Luanda : Editorial Nzila.
- CEDETIM (Groupe Afrique Centrale du Centre d'Études Anti-Imperialistes)  
1977 *Angola: La lutte continue*, Paris: Maspero.
- CLARENCE-SMITH, William Gervase  
1975 "Mossamedes and its hinterland 1875-1915", tese de doutoramento, Londres: Universidade de Londres.  
1976 "Slavery in Coastal Southern Angola 1875-1913," *Journal of Southern African Studies*, 2 (2) pp. 214-223.  
1979 *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola 1840-1926*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CLARENCE-SMITH, William Gervase & MOORSOM, Richard  
1977 "Underdevelopment and Class Formation in Ovamboland, 1844-1917", in: Palmer, R. & Parsons, N. (eds.), *The Roots of Rural Poverty in Central and Southern Africa*, Londres, etc.: Heinemann, pp. 96-112.
- CLIFFE, Lionel

- 1976 "Rural Political Economy in Africa", in: Gutkind, P.C.1 & Wallerstein, (eds), *The Political Economy of Contemporary Africa*, Beverly Hills e Londres: Sage, pp.112-130.
- CLIGNET, Rémi  
1970 "Inadequacies of the Notion of Assimilation in African Education", *Journal of Modern African Studies*, 8 (3) pp. 425-444.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine  
1969 "Recherches sur un mode de production africain », *La Pensée*, 144, pp. 61-78.  
1976 "The Political Economy of the African Peasantry and Modes of Production", in Gutkind, P.C.W. & Wallerstein, (eds.), *The Political Economy of Contemporary Africa*, Beverly Hills e Londres: Sage, pp. 90-111.
- CUNHA, Joaquim M. da Silva  
1953 *O sistema português de política indígena: Subsídios para o seu estudo*, Coimbra: Coimbra Editora.
- CUNHA, Joaquim da Luz *et alii*  
1977 *África. A vitória traída*, Lisboa: Intervenção.
- DINIZ, A. Castanheira  
1973 *Características mesológicas de Angola*, Nova Lisboa: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola.
- DINIZ, A. Castanheira *et alii*  
1971 *Zonagem Agro-Ecológica de Angola*, Nova Lisboa: Instituto de Investigação Agronómica de Angola.
- ESTADO DE ANGOLA  
1974 *Informações Estatísticas 1973*, Luanda: Direcção Provincial dos Serviços de Estatística.
- ESTADO PORTUGUÊS DE ANGOLA- Direcção Provincial dos Serviços de Estatística  
1972 *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento: Relatório do grupo de trabalhos sectorial energia*, Luanda (texto policopiado).
- ESTERMANN, Carlos  
1956/61 *Etnografia do Sudoeste de Angola*, 3 vol., Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- GUERREIRO, Manuel Viegas  
1968 *Bochímanes !Khu de Angola*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- HAUENSTEIN, Alfred  
1967 *Les Hanya: Description d'un groupe ethnique bantou de l'Angola*, Wiesbaden: Steiner.
- HEIMER, Franz-Wilhelm  
1972 *Educação e sociedade nas áreas rurais de Angola: Resultados de um inquérito*, Vol. 1, Apresentação do inquérito/estatísticas descritivas, Luanda: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (texto policopiado).  
1975 "Estrutura Social e Descolonização em Angola", *Análise Social*, 10 (4) 40 (data oficial de publicação:1973), pp. 621-655.  
1979 *Der Entkolonisierungskonflikt in Angola*, Munique & Londres: Weltforum Verlag
- HEINTZE, Beatrix  
1971/72 "Buschmänner und Ambo: Aspekte ihrer gegenseitigen Beziehungen", *Journal der Südwestafrikanischen Wissenschaftlichen Gesellschaft*, 2, pp. 45-56.
- HINDESS, Barry & HIRST, Paul Q.

- 1975 *Pre-Capitalist Modes of Production*, Londres: Routledge & Kegan Paul.  
1977 *Mode of Production and Social Formation: An Autocritique of Pre-Capitalist Modes of Production*, Londres: Macmillan.
- HUTTON, Caroline & COHEN Robert  
1975 "African Peasants and Resistance to Change; A Reconsideration of Sociological Approaches", in: I. Oxaal *et alii* (eds.), *Beyond the Sociology of Development: Economy and Society in Latin America*, Londres e Boston: Routledge & Kegan Paul, pp. 105-136.
- IICA (Instituto de Investigação Científica de Angola)  
1970 *Carta Étnica de Angola (Esboço)*, Luanda.
- KUDER, Manfred  
1971 *Angola: Eine geographische, soziale und wirtschaftliche Landeskunde*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- LIMA, Maria Helena Figueiredo  
1977 *Nação Ovambo*, Lisboa: Aster.
- MEDEIROS, Carlos Alberto  
1976 *A colonização das terras altas da Huíla (Angola): Estudos de geografia humana*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.  
1977 "Le phénomène de la colonisation et quelques problèmes de la mise en valeur de sud-ouest de l'Angola", *Revue Canadienne des études africaines/Canadian Journal of African Studies*, 11 (9), pp. 69-83.
- MELO, Maria Amélia João  
2001 "O Ritual de Iniciação Feminina entre os Handa (Angola)", dissertação de doutoramento em Antropologia Social, Lisboa: ISCTE.
- MENDES, Afonso  
1958 *A Huíla e Moçâmedes*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.  
1966 *O Trabalho assalariado em Angola*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- MIAA (Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola)  
1964a *Recenseamento Agrícola de Angola: Zona Subplanáltica do Centro Oeste (Zona Agrícola 23)*, 1ª parte, *Agricultura tradicional, 1963-1964*, Luanda.  
1964b *Recenseamento Agrícola de Angola: Terras Altas da Huíla (Zona Agrícola 30)*, 2ª parte, *Agricultura Empresarial 1963*, Luanda (policopiado).  
1967a *Recenseamento Agrícola de Angola: Zona dos Gambos Otchinjau (Zona Agrícola 33)*, 1ª parte, *Agricultura Tradicional, 1964-65*, Luanda.  
1967b *Recenseamento Agrícola de Angola: Terras Altas da Huíla (Zona Agrícola 30)*, 1ª parte, *Agricultura Tradicional, 1964*, Luanda.  
1968a *Recenseamento Agrícola de Angola: Zona de Influência do Cunene (Zona Agrícola 34)*, 1ª parte, *Agricultura Tradicional, 1961-65*, Luanda  
1968b *Recenseamento Agrícola de Angola, Zona do Cuanhama (Zona Agrícola 35)*, 1ª parte, *Agricultura Tradicional, 1965-1966*, Luanda.  
1969 *Recenseamento Agrícola de Angola: Zona de Quilengues (Zona Agrícola 27)*, 1ª parte, *Agricultura Tradicional, 1964-1965*, Luanda.  
1970a *Recenseamento Agrícola de Angola: Zona de Transição do Centro Sul (Zona Agrícola 31)*, 1ª parte, *Agricultura Tradicional, 1967-1968*, Luanda.  
1970b *Recenseamento Agrícola de Angola: Zona subdesértica do Litoral (Zona Agrícola 22/29)*, 1ª parte, *Agricultura Tradicional, 1967-1968*, Luanda.  
1970c *Recenseamento Agrícola de Angola: Zona Subdesértica do Litoral (Zona Agrícola 22/29)*, 2ª parte, *Agricultura Empresarial, 1967-1968*, Luanda.  
1970d *Recenseamento Agrícola de Angola: Zona Subplanáltica do Centro Oeste (Zona Agrícola 23)*, 2ª parte, *Agricultura Empresarial, 1966-1967*, Luanda.  
1970e *Recenseamento Agrícola de Angola: Zona de Quilengues (Zona Agrícola 27)*, 2ª parte, *Agricultura Empresarial, 1964-1965*, Luanda.

- 1971 *Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola 1969-70*, Luanda.  
1972 *Estatísticas Agrícolas Correntes de Angola 1970-71*, Luanda.
- MONOD, Théodore  
(ed.), *Pastoralism in Tropical Africa. Les sociétés pastorales en Afrique Tropicale*, Londres, etc: Oxford University Press.
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro  
1994 *Os Ambó de Angola antes da Independência*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOORSOM, Richard  
"Underdevelopment, Contract Labour and Worker Consciousness in Namibia, 1915-1972", *Journal of Southern African Studies*, 4 (1), pp. 52-87.
- MORAIS, Júlio Artur de  
1970 Efectivos pecuários das zonas pastoris de Angola, Luanda: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (policopiado).  
1974 Contribution à l'étude des écosystèmes pastoraux: les Vakuvale du Chingo, tese de doutoramento, Paris: Université Paris VII.
- NETO, José Pereira  
1964 *O Baixo Cunene: Subsídios para o seu desenvolvimento*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- NIDDRIE, David L.  
1974 "Changing Settlement Patterns in Angola", *Rural Africana*, 23, pp. 47-77.
- PÉLISSIER, René  
1969 "Campagnes militaires au SudAngola (1885-1915)", *Cahiers d'Études Africaines*, 9 (1) 33, pp. 54-123.  
1978a *Les guerres grises: Résistance et révoltes en Angola (1845-1941)*, Orgeval: Ed. do Autor.  
1978b *La colonie du Minotaure: Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval: Ed. do Autor.
- PEREIRA, Francisco J. M. de Sá  
1970 Informação acerca de alguns aspectos da pecuária do Sul de Angola, Nova Lisboa: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (policopiado).
- PÖSSINGER, Hermann  
1968 *Landwirtschaftliche Entwicklung in Angola und Moçambique*, Munique: Weltforum Verlag.
- PROVÍNCIA DE ANGOLA  
1964 *3º Recenseamento Geral da População*, vol. I, *População residente segundo as nacionalidades e naturalidades*, Luanda: Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral.  
1968 *3º Recenseamento Geral da População*, vol. III, *População residente segundo a religião, os grupos linguísticos e a fecundidade*, Luanda: Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral.  
1970 *Relatório da Secretaria Provincial de Economia, Petróleos, Minas e Pesca*, vol.1, Luanda: Governo Geral de Angola.
- REDINHA, José  
1975 *Etnias e Culturas de Angola*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- RELLA, José Manuel Zenha  
"A distribuição espacial da população e o planeamento regional", *Reordenamento*, 33, pp. 38 e 37-40.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA GERAL  
1963 *Anuário Estatístico 1961*, Luanda.

REY, Pierre Philippe

1975 "The Lineage Mode of Production", *Critique of Anthropology*, 3, pp. 27-79.

1976 (ed.), *Capitalisme négrier: La marche des paysans vers le prolétariat*, Paris: Maspéro.

SAMUELS, Michael Anthony

1968 Portugal's Africanization of Primary School Textbooks in Angola, Washington: Center for Strategic Studies (policopiado).

SILVA, Jorge B. Vieira da

sem data Notas preparatórias para um estudo das regiões geoeconómicas de Angola (dactilografadas e manuscritas).

SILVA, Elisete Marques da

Education et société en Angola: Le rôle de l'enseignement dans la fixation et la transformation des rapports entre une société centrale et des sociétés tributaires, dans un pays sous domination coloniale, Paris: École Pratique des Hautes Études (dactilografado).

1992/94 "O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial (1926-1974)", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 16 e 17, pp. 103-130.

SPIEA (Serviços de Planeamento e Integração Económica de Angola)

1971a *Trabalhos preparatórios do IV Plano do Fomento: Relatório Sectorial de Análise do Sector Agrário*, Luanda.

1971b *Trabalhos preparatórios do IV Plano do Fomento; Relatório Sectorial Infraestruturas Materiais*, Luanda.

STRAYER, Robert W.

1978 *The Making of Mission Communities in East Africa*, Londres: Heineman.

TÖTEMEYER, Gerhard

1978 *Namibia Old and New: Traditional and Modern Leaders in Ovamboland*, Londres: Hurst.

URQUHART, Alvin Willard

1963 *Patterns of Settlement and Subsistence in Southwestern Angola*, Washington: National Academy of Sciences.

VALENTE, Antunes

1967 "Problemas da emigração de trabalhadores rurais angolanos para os territórios vizinhos do Sudoeste Africano, República da África do Sul e da Zâmbia", *Trabalho*, 18, pp. 133-140.

WOLF, Eric R.

1966 *Peasants*, Englewood Cliffs: Prentice Hall.

## NOTAS

<sup>i</sup> Destacam-se as contribuições de Medeiros 1976, Monteiro 1994, Carvalho 1997, 1999 e 2002, e Melo 2001.

<sup>ii</sup> Recorde-se que Amílcar Cabral foi na Guiné-Bissau o *pivot* principal deste trabalho, depois de uma passagem pela MIAA.

<sup>iii</sup> Nos anos 1970 a 1972 a autora teve uma participação directa quer na preparação do trabalho de campo, quer no levantamentos de dados, quer no seu processamento, podendo deste modo dar-se conta do rigor metodológico seguido.

<sup>iv</sup> A este respeito, convém salientar as limitações originadas nos trabalhos da MIAA pelo recurso às categorias etnográficas de classificação, em uso na altura e até hoje, e que nem sempre correspondem às identidades sociais e às correspondentes estruturas de auto-regulação. O exemplo porventura mais eloquente da inadequação destas categorias é o da designação “Nyaneka-Nkhumbi”. Ver Melo 2001.

<sup>v</sup> A MIAA procedeu nos anos 60 à divisão de Angola em zonas agrícolas (ou geo económicas), conforme critérios ecológicos e de economia rural. Veja Carvalho 1963 e, para o “universo agropastoril”, o mapa anexo que reflecte a quarta correcção da divisão original. Veja MIAA 1972. Definição/caracterização do universo em Morais 1970.

<sup>vi</sup> Este critério não teve uma prioridade absoluta, uma vez que a Zona 32, imediatamente a norte da Zona 36, também compreende populações caracterizadamente agropastoris, sem que a zona tivesse sido incluída no universo agropastoril.

<sup>vii</sup> Para um aprofundamento da geografia/ecologia da região veja Urquhart 1973, Kuder 1971, e Diniz 1973.

<sup>viii</sup> Veja Rella 1974.

<sup>ix</sup> Veja Pössinger 1968. Segundo o censo de 1970, as cidades do universo comportavam a seguinte população: Lobito 59.528; Benguela 40.996; Lubango 31.674; Moçâmedes 12.076; Porto Alexandre 8.235; Cubal 6.672, Ganda 2.538. Veja Estado de Angola 1974.

<sup>x</sup> Esta estimativa baseia-se em dados censitários relativos ao Distrito da Huíla (incluindo o do Cunene, separado em 1971) e de Moçâmedes, assim como os concelhos de Benguela, Lobito e Ganda (distrito de Benguela) e a circunscrição de Baixo Cubango (Distrito de Cuando-Cubango). Não estando disponíveis os dados do censo de 1970 por concelho, fez-se uma estimativa para as áreas dos distritos de Benguela e Cuando-Cubango, que fazem parte do universo, a partir do censo de 1960 e dos dados disponíveis do censo de 1970. Veja Estado de Angola 1974. Este procedimento parece lícito, dado que a população global nos distritos de Benguela e Cuando-Cubango praticamente não mudou de 1960 para 1970, enquanto no universo houve um aumento de cerca de 7%.

<sup>xi</sup> Os recenseamentos da MIAA, realizados nos anos 60, indicam esta população em 546.703 (excluindo a Zona 36). Veja MIAA 1964a, 1967a/b, 1968a/b, 1969, 1970a/b. Os dados parcialmente atualizados em relação ao número de explorações africanas por zona, dados MIAA 1972, (141.536) e o número médio de pessoas por família/exploração, estabelecido em 5.482 pelo inquérito apresentado mais adiante (ver Heimer 1972), permitem estimar a mesma população num valor à volta de 776.000.

<sup>xii</sup> Veja IICA 1970, Redinha 1975, Estermann 1959-61.

<sup>xiii</sup> Dentro deste grupo pode distinguir-se com bastante nitidez o subgrupo Nkhumbi que compreende, além dos Nkhumbi “propriamente ditos” (inclusive os “Cilengi”), os Ndogwena, os Nkhawnkhwa e os Hinga. Designa-se por Nyaneka o pequeno grupo dos Nyaneka “propriamente ditos”, os Mwila, Ngambwe, Cipungu e Musho, agregando-se-lhes geralmente também os Handa.

<sup>xiv</sup> Veja o título de Lima 1977.

<sup>xv</sup> Os Hanya, Nganda e Ndombe, mas também os Ngola (oriundos do Ndongo, segundo a sua tradição oral) foram “assimilados”, no decorrer da expansão/homogeneização dos Ovimbundu, embora em épocas históricas distintas e com efeitos diferentes. A sua delimitação em relação aos grupos setentrionais dos Nyaneka-Nkhumbi é particularmente problemática. Veja Baumann 1967, 1975 e, sobre os Hanya, Hauenstein 1967.

<sup>xvi</sup> Entrevistas com Elias Ribeiro Candeias e Duarte Ribeiro Candeias (antigos chefes de brigada da MIAA no universo agropastoril), realizadas em Lisboa de Fevereiro a Junho de 1978.

<sup>xvii</sup> Segundo o censo de 1960, havia então 253.023 Nyaneka-Nkhumbi, 115.442 Ovambo, 18.719 Herero, 9.307 “não-bantos” e 3.598 Ovimbali. A população do extremo Sudeste, classificada como “Xindonga” (termo etnográfico baseado num equívoco), era avaliada em 11.673, residindo cerca de metade no universo agropastoril. Veja Província de Angola 1960.

<sup>xviii</sup> Esta estimativa baseia-se no inquérito apresentado mais adiante e que não incluiu a Zona 36. Veja Heimer 1972. A autora procedeu a alguns reagrupamentos menores em relação às classificações étnicas. Pode estimar-se os números absolutos correspondentes, dividindo o total das explorações recenseadas (veja MIAA 1972) em fracções por etnia, de acordo com as percentagens citadas e, multiplicando cada fracção pela média de pessoas por exploração, na respectiva etnia (dados de Heimer 1972). Por esta aproximação, chega-se a uma estimativa dos Nyaneka-Nkhumbi rurais do universo (à excepção da Zona 36) de um valor ligeiramente superior à 320.000, os Ovimbundu em cerca de 210.000, os Ambó em mais de 170.000, os Herero e os Ngangela em cerca 24.000 cada um, os Cokwe em cerca de 15.000 e os demais

em 6.000.

<sup>xxix</sup> Trata-se, por um lado, dos relatórios já citados da MIAA sobre os Recenseamentos Agrícolas efectuados por ela nos anos 60 e alguns estudos de ecologia humana baseados nestes trabalhos (Carvalho & Silva 1973, Carvalho 1974, Morais 1974). Por outro lado, trata-se de trabalhos de natureza histórica (Clarence-Smith 1975, 1976, 1979, Clarence-Smith & Moorsom 1977, Moorsom 1977, Pélissier 1969, 1978a), geográfica e económica (Amaral 1962 Urquhart 1963, Borchert 1967, Pössinger 1968, 1969, Kuder 1971, Medeiros 1976, 1977) e etnológica (Bastos 1911, Childs 1949, Estermann 1959-61, Bettencourt & Cotta 1962, Hauenstein 1967, Guerreiro 1968, Lima 1977).

<sup>xx</sup> Ambos os inquéritos foram realizados sob a responsabilidade de Franz-Wilhelm Heimer, com a colaboração da autora. Conteúdo, amostra e resultados descritivos do “inquérito sócio-educacional” encontram-se apresentados em Heimer 1972. O “inquérito rural”, dirigido a 35 núcleos populacionais em Angola, foi executado, no universo agropastoril, num cillongo Mwila, na zona 30 e outro Nkhumbi, na zona 34. A autora, além de uma interpretação dos dados descritivos, procedeu à análise estatística por computador, de parte dos dados, utilizando essencialmente o programa SPSS 5. Agradece-se a cooperação técnica de Sergio Sanchez Fisher e de Matthias Krieg.

<sup>xxi</sup> Estas percentagens, como as que se apresentam a seguir, baseiam-se nos dados do inquérito acima mencionado. Não se indicam percentagens de grupos étnicos que na referida zona representam valores inferiores a 2%.

<sup>xxii</sup> Veja MIAA 1972. Segundo MIAA 1970b, este número foi de 5.567, em 1967.

<sup>xxiii</sup> Pössinger 1968, que simultaneamente com Carvalho 1963, serve de base para a caracterização das zonas.

<sup>xxiv</sup> Veja MIAA 1972. Segundo MIAA 1964a, este número foi de apenas 26.680, em 1963.

<sup>xxv</sup> Veja MIAA 1972. Segundo MIAA 1969, este número foi de 8.174, em 1964.

<sup>xxvi</sup> Veja MIAA 1972. Segundo MIAA 1969, este número foi de 8.174, em 1964.

<sup>xxvii</sup> Veja MIAA 1972. Este número não foi actualizado em relação ao recenseamento original, em 1967. Veja MIAA 1970a.

<sup>xxviii</sup> Veja MIAA 1972. Segundo MIAA 1967a, este número era de 6.793, em 1964.

<sup>xxix</sup> Veja MIAA 1972. Segundo MIAA 1968a, este número era de 5.292 em 1964.

<sup>xxx</sup> Veja MIAA 1972. Este número não foi actualizado em relação ao recenseamento original, em 1965. Veja MIAA 1968b. Nos primeiros anos 70, começaram a fixar-se no leste da Zona 35, grupos de Ngangela que fugiram à obrigação de residir em “aldeias concentradas”, impostas pelas autoridades coloniais, assim como às perturbações causadas pela guerrilha. Fonte: Candeias.

<sup>xxxi</sup> Veja MIAA 1972. Este número foi estabelecido em 1966. Não houve um recenseamento regular, devido à hostilidade da população, politicamente mobilizada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola. Fonte: Candeias. Pelo mesmo motivo, o inquérito Heimer 1972 não abrangeu esta zona.

<sup>xxxii</sup> Veja Pélissier 1969 e 1978a.

<sup>xxxiii</sup> Veja Andrade & Ollivier 1971 e Cedetim 1977

<sup>xxxiv</sup> Veja Heimer 1975.

<sup>xxxv</sup> De acordo com uma sistematização adoptada nos anos 60 (e que se reflecte, por exemplo, em MIAA 1971), a MIAA procedeu a uma divisão dicotómica do território, abrangendo o “universo agrícola” a parcela (de extensão consideravelmente maior) não compreendida no “universo agropastoril”. No entanto, no presente estudo, ao referirmo-nos ao “universo agrícola”, visamos exclusivamente as regiões do centro e do norte, desconsiderando as do leste e as do sudeste que apresentam características sensivelmente diferentes. Convém assinalar que uma nova subdivisão, em vias de elaboração no início dos anos 70, previa o agrupamento das zonas agrícolas em 6 regiões, mantendo o universo agropastoril o título de “Região Pecuária”. Veja Silva (sem data).

<sup>xxxvi</sup> Devido à irradiação de Benguela, à fundação de Moçâmedes e à colonização do Planalto da Huíla, havia no universo agropastoril, no século XIX e até aos anos XX deste século, a maior concentração de europeus de toda a Angola. Além disto, naquela fase nenhuma sociedade africana de Angola foi afectada pela implantação europeia de maneira tão brutal quanto os Nyaneka do Planalto da Huíla, em especial os Mwila. Veja Urquhart 1963, Medeiros 1976, Clarence-Smith 1979.

<sup>xxxvii</sup> Veja a definição em Hindess & Hirst 1975.

<sup>xxxviii</sup> Em 1903, o Lobito tinha cerca de 20 habitantes. O seu desenvolvimento urbano começou em 1905 com a construção simultânea do caminho de ferro e do porto marítimo. Veja Kuder

1971, p. 198.

<sup>xxxix</sup> É evidente que a influência económica de Benguela e do Lobito se estende bem para além do universo agropastoril e, especialmente, para o Planalto Central.

<sup>xi</sup> Segundo Medeiros 1976, p. 494, o comércio itinerante estava em vias de extinção no final dos anos 20.

<sup>xli</sup> Sobre o desenvolvimento urbano em Angola veja Amaral 1962 e Rella 1974.

<sup>xlii</sup> Fonte: Candeias.

<sup>xliii</sup> O “comerciante do mato”, correia de transmissão da economia colonial foi quase exclusivamente europeu, nas últimas décadas da colonização, em consequência de medidas discriminatórias por parte da administração colonial, que levaram à eliminação progressiva do já muito reduzido número de africanos que exerceram esta actividade em Angola na primeira parte deste século. Quanto às transacções comerciais entre africanos realizadas fora dos circuitos da economia colonial, veja mais adiante.

<sup>xliv</sup> Em 1969/70, as cabeças de gado bovino comercializadas por africanos, no universo agropastoril, eram de aproximadamente 86.000, ou seja quase 90% do total do gado bovino comercializado por africanos em Angola. Veja MIAA 1972. Não estando disponíveis dados quanto à comercialização de gado bovino, por parte de criadores europeus, pode indicar-se, a título ilustrativo, que o número total de cabeças abatidas em 1970 foi cerca de 120.000, dos quais 87% se destinaram ao consumo em Angola. Veja SPIEA 1971. O milho comercializado pelos africanos do universo agropastoril representava, em 1970/71, cerca de 20% do total comercializado em Angola. Valor calculado com base em MIAA 1972.

<sup>xlv</sup> A rentabilidade raramente era calculada em separado para cada transacção ou mesmo categorias de compra e venda, mas globalmente. Veja Borchert 1967.

<sup>xlvi</sup> Veja Mendes 1966.

<sup>xlvii</sup> Em relação à política de “trabalho indígena”, veja Bender 1978. No universo agropastoril, o trabalho forçado/contrato obrigatório existiu quase exclusivamente para obras públicas/Estado.

<sup>xlviii</sup> Uma pecuária de alguma importância havia apenas sido ensaiada pela pequena e efémera colónia de *afrikaners* (bôeres) vindos da África do Sul. Os colonos agricultores portugueses circunscreveram-se à criação de gado bovino limitada a poucas cabeças por exploração e, essencialmente, subordinada à agricultura.

<sup>lix</sup> Frequentemente o gado era utilizado para o pagamento de dívidas ao armazenista. Este, no entanto, geralmente só o aceitava quando magro, para poder avaliá-lo a um preço mais reduzido.

<sup>i</sup> Segundo os recenseamentos agrícolas disponíveis para o “sector empresarial”, as “concessões europeias” ocupavam 13% da superfície total, da Zona 22/29, 39% da Zona 23, 14% da Zona 27 e 10% da Zona 30. Estas superfícies incluíam proporções variáveis de terrenos reservados a prados e pastagens permanentes: cerca de um terço nas Zonas 23 e 30, cerca de metade na zona 27, mais de 80% na Zona 22/29. De destacar que, entre as zonas aqui retidas, apenas a Zona 22/29 registava um número significativo (15%) de “explorações sem terra”. Veja MIAA 1964b, 1970c-e.

<sup>ii</sup> Esta diferença foi claramente percebida pelas populações africanas, como revelam as respostas à pergunta do inquérito referente às mudanças mais importantes ocorridas nos últimos 20 anos. Veja Heimer 1972, p. 359 ss., e tabelas correspondentes nas secções seguintes.

<sup>iii</sup> Veja Estado de Angola 1974. Em 1960, a população das principais cidades (Lobito, Benguela, Lubango, Moçâmedes) era de 96.399 habitantes, o que significa um aumento de 50%, de 1960 para 1970. Veja Rella 1974.

<sup>iiii</sup> Para além da experiência (importante) do colonato da Matala, existiu apenas uma outra, fracassada, no universo agropastoril: a do Chitado, na zona 34. Veja Borchert 1967, Bender 1973, Niddrie 1974, Bender 1978.

<sup>lv</sup> Cálculo efectuado pelo programa não-paramétrico SSA 3, de Guttman-Lingoes. A variância explicada por variável situa-se, geralmente, ao redor de 40%; os “pesos” dos factores situam-se ao redor de .7.

<sup>lv</sup> Veja SPIEA 1971b. Porto Alexandre e Baía dos Tigres são considerados “portos secundários”.

<sup>lvi</sup> Veja Kuder 1971 e mapa anexo.

<sup>lvii</sup> O programa abrangeu inicialmente a estrada Caconda- Lubango- Moçâmedes, em seguida - Ochicango (fronteira), Quilengues- Benguela - Folgares - Dongo, Benguela- Cubal. Veja SPIEA 1971b e mapa anexo.

<sup>lviii</sup> Eram servidos por carreiras regulares da companhia “provincial” DETA, Lobito, Benguela, Lubango, Moçâmedes, Ngiva e Jamba (Cassinga). Além disto havia cerca de 30 aeroportos

secundários e terciários. Veja SPIEA 1971b.

<sup>lix</sup> Veja SPIEA 1971b. Somente as três maiores cidades chegaram a ter ligações por telex.

<sup>lx</sup> Veja Estado Português de Angola 1972. Em 1971 existiam mais seis centrais termoeléctricas no universo.

<sup>lxi</sup> Veja Província de Angola 1970.

<sup>lxii</sup> Das obras efectuadas no quadro deste esquema, encontravam-se numa fase mais avançada, a barragem do Gove, a norte do universo e a sul a barragem do Calueque, com uma importância apenas para a Namíbia.

<sup>lxiii</sup> Os Kuvale eram conhecidos pela sua olaria, outros Herero pelas cabras e ovos de avestruz, os Kwanyama e os Kwambi (Namíbia) pelos produtos em ferro, os Ndombe pelo sal, os Khumbi pelas esteiras, os Ovimbundu por géneros alimentícios, etc. Veja Urquhart 1963, pp. 127-8.

<sup>lxiv</sup> Os Kwanyama de Angola, começaram esta corrente em 1915, segundo Neto 1964, p. 44. Segundo Clarence-Smith & Moorsom 1977, a causa inicial foi de ordem conjuntural, uma sequência cerrada de epidemias, secas, inundações, pragas de gafanhotos.

<sup>lxv</sup> Um exemplo é a prestação de serviços de Khoi/Twa aos Ambó, contra produtos alimentares, por sinal de importância fundamental para vários grupos Khoi/Twa. Veja Guerreiro 1968 e Heintze 1971/72. Quanto ao trabalho colectivo no seio das sociedades agropastoris, veja mais adiante.

<sup>lxvi</sup> Para o caso dos Ovimbundu veja o capítulo escrito por João David de Morais.

<sup>lxvii</sup> Já no fim do período colonial, um grupo de agrónomos e ecólogos ligados à MIAA deu alguns contributos para uma melhor compreensão desta situação. Veja Pössinger 1968, pp. 119-128, sobre os Kwanyama da Zona 35, Carvalho & Silva 1973 sobre os Nkhumbi e os Herero da Zona 34, Morais 1974 sobre os Kuvale do centro da Zona 22/29, Morais 1970, Pereira 1970 e Carvalho 1974 sobre características e problemas comuns do universo.

<sup>lxviii</sup> De importância fundamental é a utilização cuidadosa das diferentes qualidades de pasto nas diferentes épocas do ano. Carvalho 1974 demonstra que este sistema é de certo modo superior ao das explorações pecuárias europeias.

<sup>lxix</sup> Na Zona 35, uma larga faixa a leste da zona designada por cimporo, era reservada à transumância e vedada à residência. Ali fixaram-se apenas um pequeno grupo de Ngangela e no extremo sul algumas famílias Kwangali. Fonte: Candeias.

<sup>lxx</sup> Antes da ocupação colonial a utilização/manutenção destas “cacimbas” era estritamente regulamentada e controlada pelas instâncias políticas das sociedades africanas. Veja mais adiante.

<sup>lxxi</sup> Mesmo em anos normais, estas perdas são consideráveis: em 1970/71, as “mortes ocasionais” abrangeram quase 20% do gado bovino na Zona 35. Veja MIAA 1972.

<sup>lxxii</sup> Esta regra é menos rigorosamente observada onde não há transumância.

<sup>lxxiii</sup> Para exemplos, veja Monod 1975.

<sup>lxxiv</sup> As únicas excepções são os Himba e os elementos Buluvulo dos Vakuvale. Nos dois casos não há residência verdadeiramente permanente.

<sup>lxxv</sup> A título ilustrativo, pode indicar-se que 84% dos núcleos populacionais abrangidos pelo inquérito “sócio-educacional” existiam naquela forma desde data anterior a 1930. No universo agrícola, a proporção correspondente era de apenas 20%. Veja Heimer 1972, pp. 3 e 260.

<sup>lxxvi</sup> Sobre as “concentrações”, veja Bender 1972, e Niddrie 1974. No total, esta medida teve pouca incidência no universo: na altura do inquérito “sócio-educacional”, estavam “concentrados” apenas 7% dos núcleos populacionais, contra 56% no universo agrícola. Veja Heimer 1972, pp. 3 e 260.

<sup>lxxvii</sup> Além de protestos frequentes e, geralmente ineficazes, a nível local, houve uma só acção de envigadura: a dos Kwanyama que em 1972 se insurgiram contra a penetração das explorações pecuárias europeias e outros “abusos”. Veja mais adiante.

<sup>lxxviii</sup> Veja p.ex. Estermann 1960/61, vol. 1. Em 1970, o único espaço “inter-tribal” livre foi a Chana das Palmeiras, entre os Mbadja e os Kwanyana, na Zona 35 havendo ali porém já um começo de ocupação. Fonte: Candeias.

<sup>lxxix</sup> Entre os que não se conseguiram manter, pode citar-se o exemplo da pequena “tribo” Herero dos Cavikwa que emigrou em peso para a Namíbia, depois do avanço das “concessões europeias” na Zona 34, no início dos anos 60. Fonte: Candeias.

<sup>lxxx</sup> Convém destacar que frequentemente o gado vendido pelos agropastores aos comerciantes do mato ou era fraco, prevendo-se que não aquentaria a transumância, ou eram vacas maninhas. Informação dada por João David de Morais.

<sup>lxxxi</sup> Especialmente nas Zonas 22/29 (Kuvale) e 33 (Ngambwe). Fonte: Candeias.

<sup>lxxxii</sup> Com respeito à utilização instrumental do “imposto de palhota” pelo sistema colonial

português, veja Capela 1977. Partes da população da Zona 36 não eram muito controladas pela administração colonial, não pagara impostos e recusara-se a vender o seu gado por dinheiro. Esta situação encontrava-se igualmente na Zona 32, imediatamente a norte da Zona 36. Veja Barnett & Harvey 1972, p. 111.

<sup>lxxxiii</sup> Neste contexto, verificaram-se processos de corrupção maciça que foram, aliás, uma das características do sistema colonial em Angola.

<sup>lxxxiv</sup> Veja SPIEA 1972.

<sup>lxxxv</sup> Veja Neto 1964, p. 149, p. 157, destacando o papel da Estação Zootécnica da Humpata. De assinalar que a assistência foi muitas vezes deficiente (incompetência, irresponsabilidade, falta de recursos) e acompanhada de corrupção (extorsão de pagamentos ilegais, frequentemente sob a forma de pequenas espécies animais).

<sup>lxxxvi</sup> Veja Província de Angola 1970.

<sup>lxxxvii</sup> A extracção de gado foi particularmente ressentida nas zonas onde os agropastores já dispunham de escassos recursos naturais. Um exemplo são os Mwila da Zona 30.

<sup>lxxxviii</sup> Em casos em que o sistema agropastoril continuava razoavelmente intacto, verificou-se não raramente uma não aceitação de uma assistência dispensada com a finalidade de produzir *cash-crops*. Assim, uma tentativa de introduzir uma horticultura de irrigação na área de Quipungo (Zona 31), mediante a construção de uma barragem em 1966, foi recusada pelos Cipungu-Handa ali residentes.

<sup>lxxxix</sup> Na Zona 33, uma tentativa de introdução do algodão, nos anos 40, foi abandonada depois de uma geada.

<sup>xc</sup> Esta foi a “mudança nos últimos 20 anos” mais nitidamente registada pelos agropastores, em 1970, conforme se constata em Heimer 1972, p. 359 ss.

<sup>xci</sup> Muitos dos jovens Ambó foram trabalhar nas minas da Namíbia para poderem adquirir as suas primeiras cabeças de gado, uma vez que o controle colonial impedia o tradicional recurso ao roubo de gado pertencente a outros grupos étnicos.

<sup>xcii</sup> No inquérito “sócio-educacional”, a pastorícia foi dada por 44% dos chefes de família como exclusiva ou principal. Veja Heimer 1972, p. 301. Excluindo-se do cômputo a Zona 23, de grande peso numérico e com uma proporção atípica de agricultores, a proporção aumenta para 53%.

<sup>xciii</sup> No universo agropastoril, praticamente todas as explorações possuem pelo menos algumas cabeças de gado bovino, mesmo naquelas partes do norte do universo onde a agricultura chegou a ter um lugar preponderante. Fonte: Candeias.

<sup>xciv</sup> Segundo o Anuário Estatístico de Angola de 1958, citado em Urquhart 1963, existiam perto de 700.000 bovinos nos distritos da Huíla e de Moçâmedes. O total de cabeças indicadas pelos Recenseamentos Agrícolas da MIAA, para meados dos anos 60, foi de 1.528.106. Já em MIAA 1972, o total é de 2.232.000. Embora parte das diferenças se explique por métodos progressivamente mais aperfeiçoados de recenseamento, os números reflectem uma tendência inequívoca.

<sup>xcv</sup> Neste contexto, pode assinalar-se que em 1970/71 o número de cabeças por família foi superior a 50, nas Zonas 22/29 e 34, chegando a cerca de 30 na Zona 35, oscilando ao redor de 15, nas zonas restantes, salvo na Zona 23 onde foi de 7. Veja MIAA 1972.

<sup>xcvi</sup> Veja SPIEA 1972 que ao mesmo tempo destaca a insuficiência destas melhorias qualitativas, em termos do rendimento comparativo do leite e de carne.

<sup>xcvii</sup> Fenómeno aliás limitado a certas áreas, como à da Cooperativa de Produtos Agro-Pecuários da Matala. Antes da alienação de parte das terras, a proporção das vacas leiteiras situava-se à volta de 30%. O aumento relativo explica-se pela comercialização ou mesmo o abate, em números maiores, de animais não produtivos. O importante foi que a produção leiteira continuou a ser utilizada quase exclusivamente para fins de autoconsumo. Convém assinalar que em muitos grupos agropastores cerca de um terço de gado continuou a ser “tabuizado”, sendo considerado como a “verdadeira riqueza” do seu proprietário. Este gado “sagrado” não pode ser utilizado para qualquer fim. Nas zonas onde se pratica a transumância é todo abatido aquando da morte do dono.

<sup>xcviii</sup> Indicações estatísticas baseadas em MIAA 1972.

<sup>xcix</sup> Veja MIAA 1972. O conjunto das compras efectuadas por agropastores ou agricultores africanos representou em 1970/71 0,8% dos efectivos do universo agropastoril. Cerca de 2/3 das compras incidiram nos Ovimbundu das Zonas 23, 24 e 31. As transacções entre agropastores aumentaram na medida em que o sistema de roubos mútuos entrou em colapso.

<sup>c</sup> Segundo o inquérito sócio-educacional, o superavit monetário (valor da produção menos o valor do autoconsumo, acrescido de ingressos monetários) era de Esc. 1.750. Veja Heimer

1972, p. 289.

<sup>ci</sup> Na última década colonial, aumentaram os casos (sempre isolados) de famílias de agropastores efectuando compras regulares relativamente importantes, por exemplo de vinho e de roupa “funcionalmente desnecessária”, assim como compras ocasionais de equipamento doméstico e de veículos ligeiros.

<sup>cii</sup> Assim, sobretudo na Zona 23, com a intensificação da *okupakesa* (redistribuição do gado por diferentes manadas), os agropastores não podiam manter manadas grandes e passam a criar porcos em número cada vez maior. Fonte: Candeias.

<sup>ciii</sup> MIAA 1972. Percentagens sem a Zona 36, não abrangida pelo levantamento. Os totais de 432.773 suínos (59% nas Zonas 23 e 31) e de 803.072 caprinos (40% nas Zonas 34 e 35). Segundo a Anuário Estatístico de Angola de 1958, citado em Urquhart 1963, havia então apenas 135.000 caprinos nos distritos da Huíla e Moçâmedes. Repartição de Estatística Geral 1963 indica 67.000 suínos para 1961, nos mesmos distritos. Segundo o Recenseamento Agrícola da MIAA (que não inclui estes dados para as Zonas 31, 35 e 36), o auto-consumo, no ano do recenseamento, foi de 25% para os caprinos e de 14% para os suínos.

<sup>civ</sup> Veja o Recenseamento Agrícola da MIAA que indica um total de 1.147.267 bicos, com um auto-consumo, no ano do recenseamento, de 48% dos animais.

<sup>cv</sup> Na amostra do inquérito “sócio-educacional”, a percentagem correspondente dos chefes de família é de 39%. Menos de 1% não tinham produção agrícola, e 28% uma produção de um contravalor monetário até 500 escudos anuais. A média anual foi de 1.750 escudos. Veja Heimer 1972, p. 285.

<sup>cvi</sup> Este efeito foi particularmente nítido na Zona 30, com a horticultura e fruticultura, devido a uma forte presença de “pequenos colonos”.

<sup>cvii</sup> Na altura do Recenseamento Agrícola, as percentagens de explorações que usavam exclusivamente energia humana, era de 10% nas Zonas 30 e 31, de cerca de 50% nas Zonas 23, 33, 34 e 35, e de cerca de 80% nas Zonas 22/29 e 27. Já em 1970/71, os valores eram os seguintes: 3% na Zona 31, 10% nas Zonas 30 e 34, 25% nas Zonas 23, 27 e 35 e 70% na Zona 22/29.

<sup>cviii</sup> Geralmente técnicas diferentes das europeias (rotação de curral) já haviam existido.

<sup>cix</sup> Esta necessidade deu-se, em particular, onde a agricultura teve que se fazer em regime de enclave entre as terras de colonos europeus, por exemplo nas Zonas 23 (entre as faixas ocupadas pelo sisal) e 30. Fonte: Candeias.

<sup>cx</sup> Esta influência exerceu-se, concomitantemente, sob a forma da procura comercial e da acção de “serviços de assistência”: a Estação Zootécnica da Humpata promoveu a introdução do centeio nos anos 30 e da batata nos anos 40; o Colonato da Matala a introdução do trigo de regadio, do tabaco, da horticultura e da fruticultura.

<sup>cx i</sup> Todas as indicações segundo MIAA 1972. Nos últimos anos coloniais, foi notável a intensificação da fruticultura, na Zona 30.

<sup>cx ii</sup> Os Recenseamentos Agrícolas dão-nos as seguintes percentagens de empresas “tradicionais” com consumo só na exploração: 30 - 31%, 33 - 30%, 31 - 17%, 23 - 15%, 27 - 2%, com uma média geral de 31%. Segundo o inquérito, e calculado em termos de valor monetário nominal, o autoconsumo constituiu 69% da produção agrícola. Veja Heimer 1972, pp. 285/286.

<sup>cx iii</sup> Fonte: Candeias.

<sup>cx iv</sup> Veja Coquery-Vidrovitch 1969 e 1976, em combinação com Clarence-Smith, 1977 e 1979.

<sup>cx v</sup> As transacções comerciais dentro de uma mesma sociedade não ultrapassaram, entre os agropastores, a compra/venda ocasional de gado, por exemplo por parte de jovens querendo constituir o seu “capital inicial”.

<sup>cx vi</sup> Muito raros foram os agropastores “assimilados” que se estabeleceram como comerciantes, aliás sempre fora das suas etnias de origem. Fonte: Candeias.

<sup>cx vii</sup> Trata-se de transacções directas entre agricultores e agropastores, e não de transacções “mediadas” pela “sociedade central” que foram, aliás, de um vulto ínfimo, já que a aquisição de gado por parte de africanos continuou a fazer-se quase totalmente fora dos circuitos europeus.

<sup>cx viii</sup> O comércio com os Ovimbundu da Zona 24, especialmente com os Ambó da Zona 35, fazia-se em duas correntes. Na ida para o sul, os Ovimbundu levavam artigos como tabaco e liamba (*cannabis sativa*), colares de conchas e, a partir da abertura de carreiras rodoviárias nos anos 60, até frutas e legumes. Uma parte deles continuava para a Namíbia, onde trabalhava nas minas trazendo para o universo agropastoril produtos manufacturados (catanas, canivetes, isqueiros, roupas, etc., inclusive pontas de flecha para venda aos Khoi/Twa). Em ambos os casos, a sua finalidade exclusiva foi a obtenção de gado bovino. É de assinalar que, no fim da era colonial, uma parte provavelmente crescente das compras de gado por parte dos

Ovimbundu se faziam a dinheiro, através de negociantes Ovimbundu especializados. Fonte: Candeias.

<sup>cxxix</sup> Os produtos europeus, especialmente os manufacturados, eram vendidos a preços bem mais altos do que nas cidades. Inversamente, pagava-se os “bois africanos” a preços inferiores aos praticados com o “gado europeu” e mantinham-se os preços dos produtos agrícolas “africanos” extremamente baixos.

<sup>cxxx</sup> Recorda-se que o escoamento do vinho e da aguardente foi facilitado pela proibição administrativa da produção de bebidas tradicionais. Veja Capela 1973.

<sup>cxxxi</sup> Fonte: Candeias. Eram empenhadas por exemplo as frutas de um dado número de árvores (Zona 30) ou a colheita de uma lavra suplementar de cereais.

<sup>cxxxii</sup> Era hábito dos comerciantes oferecer, ao fim de compras ou vendas de algum vulto, um produto europeu, por exemplo um garrafão de vinho no caso da compra de um boi. Desta maneira, criava-se a ilusão de um contra valor maior.

<sup>cxxxiii</sup> Uma ilustração dos baixos preços praticados com a produção agrícola é o facto de o valor monetário médio, da produção agrícola por família, ter sido em 1969/70 de Esc. 1.749, permitindo um *superavit* de apenas Esc. 541 (31%). Veja Heimer 1972, pp. 285/6.

<sup>cxxxiv</sup> Esta acumulação foi por sinal desigual, sendo relativamente importante no caso de uma minoria pequena. Veja mais adiante.

<sup>cxxxv</sup> Os produtos alimentares mais procurados eram o sal, o peixe seco, alguma massambala, feijão e farinha de milho.

<sup>cxxxvi</sup> Segundo Heimer 1972, p. 299, apenas 14% dos chefes de família usavam calçado europeu na vida diária.

<sup>cxxxvii</sup> Veja os princípios expressos em Cunha 1973 e Caetano 1954 e as análises em Cedetim 1977.

<sup>cxxxviii</sup> Veja Heimer 1972, p. 301 ss. No universo agrícola as proporções correspondentes são de 78% (exclusiva/principal) e de 21% (complementar). Veja *ibid.*, p. 42 ss..

<sup>cxxxix</sup> *Ibid.* No universo agrícola, as proporções são de 15% e de 12%. É preciso assinalar que nos agregados familiares relativamente extensos do sul, o trabalho (geralmente temporário) “para o branco” era mais uma tarefa dos homens jovens (mesmo já casados) do que dos chefes de família.

<sup>cxxx</sup> Em 1970, a população africana das cidades era de 571.440 em toda a Angola, segundo Estado de Angola 1974. Incluindo as vilas, chega-se a pouco mais de 600.000. Partindo do censo de 1960, pode estimar-se que a população proveniente do universo agropastoril não ultrapassou 5% deste total.

<sup>cxxxxi</sup> Segundo Neto 1964, a emigração definitiva do Baixo Cunene (*grosso modo* a Zona 35) era quase nula, mas a terça parte da população masculina procurava empregos por um ou dois anos: uma constatação válida globalmente para o conjunto dos agropastores.

<sup>cxxxii</sup> Veja Heimer 1972, pp. 42 e 301.

<sup>cxxxiii</sup> *Ibid.* No caso dos pastores, deve acrescentar-se um certo número de adolescentes, empregados com base num contrato estabelecido com um “velho” - ocasião em que se reflecte, aliás, a persistência da dominação de classes de idade, característica do modo de produção de linhagem. No universo agrícola, a percentagem correspondente, foi de 12%.

<sup>cxxxiv</sup> A mão-de-obra agrícola recebia geralmente menos de Esc. 5 por dia. No caso dos pastores, os salários mensais cifravam-se em Esc. 50 a 30; veja Neto 1964, p. 157.

<sup>cxxxv</sup> O censo de 1960 não regista, fora do universo, mais do que algumas centenas de Nyaneka-Nkhumbi, Ambó e Herero. Veja Província de Angola 1968.

<sup>cxxxvi</sup> Significativamente, são muito pouco seguras as informações existentes sobre os salários praticados em Angola. A título meramente ilustrativo, pode citar-se Mendes 1958, p. 144, registando para os anos 50 salários mensais na pesca, da ordem de Esc. 200, e Mendes 1964, p. 338, estimando em Esc. 880 “o salário médio do trabalhador semi-especializado em toda a Província”, baixando muito a média se excluirmos Luanda. Ainda segundo Mendes 1958, p. 93, os salários praticados na Namíbia eram frequentemente o triplo dos angolanos, uma ordem de grandeza provavelmente a referir aos salários médios reais, incluindo prémios e gratificações. Veja Valente 1967, p. 139 que também realça a superioridade da assistência médica, as facilidades recreativas, de alimentação e de transportes. É preciso acrescentar que a administração portuguesa não via com maus olhos esta migração, devido à entrada de divisas em Angola: Veja Neto 1963, p. 209.

<sup>cxxxvii</sup> Veja Wolf 1966. No presente contexto, entendemos que a designação de “camponês” deve aplicar-se àquele agricultor cuja actividade económica é organizada, exclusiva ou principalmente, em função de uma produção para o mercado - e ainda para o mercado de uma

sociedade que transcende a sua sociedade de origem.

<sup>cxviii</sup> Veja o Recenseamento Agrícola da MIAA, que embora não apresentando dados globais para o universo, confirma a tendência verificada pelo inquérito “sócio-educacional”. No caso da Zona 23, reflecte-se, por um lado, o avanço do sisal (Veja Hauenstein 1967, p. 3), por outro lado o influxo de Ovimbundu do Planalto Central que vieram à procura de trabalho assalariado. No caso da Zona 27, repercute-se o avanço de algodão e do tabaco: Veja Medeiros 1976.

<sup>cxvix</sup> Veja o Recenseamento Agrícola da MIAA. A percentagem da Zona 35 reflecte, sobretudo, o trabalho de jovens solteiros, na Namíbia. A percentagem global dos assalariados nos 369.187 indivíduos economicamente activos foi de 21% (cômputo pela autora).

<sup>cxl</sup> Veja MIAA 1972. Na Zona 23 reflecte-se a crise do sisal assim como a sua mecanização. No total, a percentagem no universo agrícola era de 24%, exactamente a mesma que no conjunto das zonas do norte e do centro de Angola. Excluindo-se do cômputo a Zona 23, a percentagem é de apenas 19%.

<sup>cxli</sup> Uma discussão destes processos, em termos africanos, encontra-se em Cliffe 1976.

<sup>cxlii</sup> Esta diferença reflectia-se nitidamente nas reacções das populações, articuladas por ocasião do inquérito sócio-educacional. No universo agrícola, somente 26% dos chefes de família não souberam responder à pergunta relativa às melhorias que desejavam para a sua aldeia, contra 49% no universo agropastoril, sendo que em ambos os casos foram apenas cerca de 5% os que indicaram melhorias económicas. Em relação a melhorias na vida pessoal, as proporções correspondentes foram de 19% e de 46%. Veja Heimer 1972, p. 48 ss. e p. 306

ss..

<sup>cxliii</sup> Veja Clarence-Smith & Moorsom 1977, Clarence-Smith 1979.

<sup>cxliv</sup> Segundo Heimer 1972, p. 277, o número de pessoas por “família extensa” variava entre 1 a 32, com uma média de 5,5, havendo importantes diferenças na média por etnia, que era de 3,9 para os Cokwe, 4,8 para os Ovimbundu, de 4,9 para os Nyaneka-Nkhumbi, de 5,4 para os Ngangela, de 6,8 para os Herero e de 9,5 para os Ambó.

<sup>cxlv</sup> Em Ntano, a filiação étnica de 4 dos 148 chefes de família não pôde ser verificada e, em Kalei, a de 1 entre 84. Neste último cilongo, um chefe de família era Ovimbundu.

<sup>cxlvi</sup> Os casos com um número maior ou menor de actividades representavam 2% e 7%, respectivamente. A média de pessoas por família era de 4,6 em Ntano e de 3,8 em Kalei.

<sup>cxlvii</sup> De salientar que em ambos os cilongos, as aspirações dos chefes de família se concentram, geralmente, na aquisição de gado bovino.

<sup>cxlviii</sup> Conceito utilizado no sentido dos sistemas eco-culturais aplicado, no caso dos Vakuvale, em Morais 1974.

<sup>cxlix</sup> Conceito utilizado em Hutton & Cohen 1975.

<sup>cl</sup> Esta estratégia é analisada em Strayer 1978, um estudo referente à África oriental, não havendo ainda estudos semelhantes sobre as missões em Angola.

<sup>cli</sup> Veja mais adiante as indicações relativas à “aculturação religiosa”.

<sup>clii</sup> Heimer 1972, p. 371, revela que 47% dos chefes de família interrogados indicaram frequentar estas reuniões (contra apenas 13% no universo agrícola, veja *ibid.*, p. 133). Como tais reuniões haviam, em princípio, sido proibidas pela administração colonial a partir de 1961, pode supor-se que a percentagem efectiva foi maior. Os assuntos tratados nas reuniões aparecem *ibid.*, p. 372

ss..

<sup>cliii</sup> A excepção mais importante a este padrão é a dos Herero, que não conhecem um chefe acima do nível de onganda, pequenos grupos de família que correspondem de certo modo, aos ongubu dos Nkhumbi e Ambó.

<sup>cliv</sup> O caso dos Vakuvale: veja Morais 1974, p. 84.

<sup>clv</sup> Salvo os agregados em torno do chefe do Jau.

<sup>clvi</sup> Fonte: Candeias. Lembra-se que, no período pré-colonial foram os Ambó e os Nkhumbi que tinham avançado mais, no caminho do modo de produção de linhagem para um modo de produção feudal.

<sup>clvii</sup> Ao lado da aristocracia política, havia uma segunda camada, mais reduzida, com um nível privilegiado de consumo e de acumulação, a dos elementos (eles mesmos agropastores) encarregados pelos seus congéneres de se ocuparem do pasto e, especialmente, da transumância do gado. Tendo o direito ao usufruto das manadas, durante a maior parte do tempo e ainda às peles dos bois mortos acidentalmente, além de regalias menores, constituíram um grupo “rico” entre os agropastores, especialmente entre os Ambó e os Nkhumbi.

Fonte: Candeias.

<sup>clviii</sup> Esta situação privilegiada foi geralmente mais nítida no segundo e terceiro escalão. Entre os Mwila, a abolição da sua instância “tribal” principal produziu de imediato um notável

nivelamento, distribuindo-se as grandes manadas entre todas as famílias, deixando de existir o tributo e as limitações relativas ao número de cabeças a que cada eumbu tinha direito. Fonte: Candeias.

<sup>clix</sup> No caso de uma consulta jurídica ao chefe do primeiro escalão, havia uma taxa (por volta de Esc. 50, no início dos anos 70) que se pagava pelo “piso”, isto é, o direito de entrar na casa do chefe. As taxas pelos actos jurídicos eram pagas em dinheiro ou em pequenos animais, quando baixas, e em bois, quando altas. Desde que o caso passasse à competência do chefe do segundo escalão, as taxas eram várias vezes superiores. Fonte: Candeias.

<sup>clx</sup> Em muitas unidades políticas, especialmente dos Ambó e Nkhumbi, os “rapazes” que se empregavam com mão-de-obra na Namíbia ou na Rodésia pagavam ao seu chefe, no regresso, uma taxa de uma libra ou dois rands. Fonte: Candeias.

<sup>clxi</sup> Um exemplo foi o tributo extraordinário (cerca de 50 bois) pago pelos Ngola ao seu chefe “tribal”, nos fins dos anos sessenta, para lhe possibilitar a compra de um novo *jeep*. Fonte: Candeias.

<sup>clxii</sup> Derivado da palavra *sekulu* que significa “pessoa idosa” em várias línguas bantas de Angola.

<sup>clxiii</sup> Em Barnett & Harvey 1972, p. 96, este processo é relatado para o sudeste angolano.

<sup>clxiv</sup> Assim, geralmente os chefes de mukunda Ambó. Veja Lima 1977.

<sup>clxv</sup> Frequentemente, cobravam taxas pelos actos administrativos que executavam na sua função colonial, taxas estas que eram aliás menos elevadas que as cobradas a título de “autoridade tradicional”. Fonte: Candeias.

<sup>clxvi</sup> Fonte: Candeias.

<sup>clxvii</sup> Para o caso aos Kuvale, veja Morais, p. 84.

<sup>clxviii</sup> Neste ponto deu-se uma diferença muito importante em relação à estratégia colonial sul-africana, seguida na Ovambolândia. Veja Töttemeyer 1978.

<sup>clxix</sup> Os grupos de Cokwe e Ngangela que vieram residir para a Zona 35 nos anos 60, só o puderam fazer graças a uma licença do chefe dos Kwanyama/Káfima/Evale. Na Chana das Palmeiras, a faixa desabitada que separa os Mbadja dos Kwanyama, duas pequenas explorações pecuárias europeias instalaram-se nos anos 60, com base numa autorização por parte dos dois *paramount chiefs*, mantendo-se aí apesar do desacordo das autoridades coloniais. Fonte: Candeias.

<sup>clxx</sup> Veja Pössinger 1968, p. 124 ss..

<sup>clxxi</sup> O poder que restava aos chefes “tribais” é ilustrado pelo facto de que a MIAA só ter conseguido realizar o Recenseamento Agrícola, na Zona 35, depois de conseguir o apoio do “soba” Nakwenda, então o *paramount chief* dos Mbadja/Ndombondola/Nkhwankhwa. Fonte: Candeias.

<sup>clxxii</sup> Esta forma de articulação é posta em relevo, entre outros, em Rey 1976.

<sup>clxxiii</sup> Duas das excepções mais importantes já foram mencionadas: ao sul os Herero, sem chefes hereditários, mas com uma margem apreciável de autoregulação, ao norte os Ngola com uma notável coesão e um “soba” forte.

<sup>clxxiv</sup> Sobre a tendência dos “indígenas” em submeterem casos importantes à autoridade colonial, na falta de uma instância própria considerada adequada, veja Pélissier 1978b, p. 130 ss..

<sup>clxxv</sup> Sobre este fenómeno e sua importância, veja Moorsom 1977.

<sup>clxxvi</sup> Depois de manifestações em Nigva incluindo alguns actos de destruição por parte de jovens Kwanyama logo contidos por adultos, representantes “populares” apresentaram ao Governador Geral, em visita à região, exigências como a abolição das “concessões europeias” cercadas com arame farpado, a redução do imposto ao montante em vigor na Namíbia, a eliminação do imposto da bicicleta e a construção de escolas. Nas negociações, os Kwanyama recusaram-se terminantemente ao uso do português, declarando encontrarem-se na sua terra. Fonte: Candeias. Boa parte das exigências foram aceites pela administração colonial: em plena guerra pela independência da colónia, dominava a preocupação de evitar problemas adicionais, especialmente um alastramento da guerrilha para uma área ainda “segura”. Veja Cunha et alii 1977, pp. 171 e 175/6.

<sup>clxxvii</sup> Para a utilização crítica destas categorias na discussão teórica dos modos de produção, veja Hindess & Hirst 1975, 1977.

<sup>clxxviii</sup> Considerámos preferível falar em “tribo” somente quando houver um senso de uma identidade “cultural” distinta, quer esta coincida ou não com uma divisão política. Os Nkhumbi e os Handa poderiam assim ser considerados como “tribos” com diversas divisões políticas (por exemplo os Cilengi-Nkhumbi e os Cipungu-Handa) que num sentido estrito não deveriam ser considerados como “tribos”.

<sup>clxxix</sup> Veja Lima 1977. Esta consciência não parece existir no caso dos Kwangali que pertencem

ao grupo etno-linguístico Ambó, segundo critérios etnográficos.

<sup>clxxx</sup> Veja as auto-identificações em Heimer 1972, p. 291, onde alguns Ovimbundu aparecem por lapso como “Akwambundu”.

<sup>clxxxii</sup> Fonte: Candeias. Parece tratar-se de um grupo geralmente desprezado pelos grupos vizinhos.

<sup>clxxxiii</sup> Designa-se por Mukwando, grupos de Khoi/Twa que abandonaram a vida nómada por uma residência fixa, adoptando o estilo de vida dos seus vizinhos que geralmente os tratam com desprezo. Fonte: Candeias.

<sup>clxxxiv</sup> Fonte: Candeias. Neste caso, a formação de uma nova identidade étnica parece haver-se produzido há duas ou três gerações, no contexto do “banditismo social” analisado por Clarence-Smith.

<sup>clxxxv</sup> Fonte: Candeias. Nos primeiros anos 70, avaliou-se em 20% a proporção dos indivíduos que pretendiam ser Ngambwe, mas que “na verdade” eram Mukwando.

<sup>clxxxvi</sup> Fonte: Candeias.

<sup>clxxxvii</sup> Fonte: Candeias. Veja Heimer 1972, p. 300. A proporção correspondente no “universo agrícola” foi 10%. Veja *ibid.*, p. 41. É significativo que no universo agro-pastoril, os 3% desejavam praticamente todos transferir-se para a sociedade central, e não para outras sociedades tributárias - o que não deixa de ter um certo valor indicativo em relação à força das identidades étnicas.

<sup>clxxxviii</sup> Veja *ibid.*, p. 305. A proporção correspondente foi de 24% no “universo agrícola”. Veja *ibid.*, p. 41.

<sup>clxxxix</sup> De acordo com Clignet 1970, há assimilação quando os padrões culturais são basicamente mantidos, procedendo-se à incorporação selectiva, nestes padrões de elementos culturais alienígenas. Em contrapartida, a acomodação significa o abandono dos padrões básicos próprios e a aceitação de padrões básicos alienígenas, mantendo-se ou não alguns elementos da “cultura” própria.

<sup>clxxxix</sup> Veja Heimer 1972, pp. 299/393.

<sup>cx</sup> Veja *ibid.*, pp. 297, 3151, 444, 470. Um certo avanço do português, na última década, reflectiu-se no facto de que entre os adolescentes, 16% possuíam conhecimentos razoáveis, contra apenas 10% entre os adultos.

<sup>cxci</sup> Somente 2% da população adulta do universo utilizava o português no ambiente familiar e, apenas 3% da população com 6 anos e mais usava o português *inter pares*. Veja *ibid.*, pp. 297/8, 381/2, 444/471.

<sup>cxcii</sup> Este esforço é manifesto nos manuais escolares. Veja a este respeito Samuels 1968 e Silva 1974.

<sup>cxci</sup> Veja Heimer 1972, pp. 347-355. Cálculo feito pela autora.

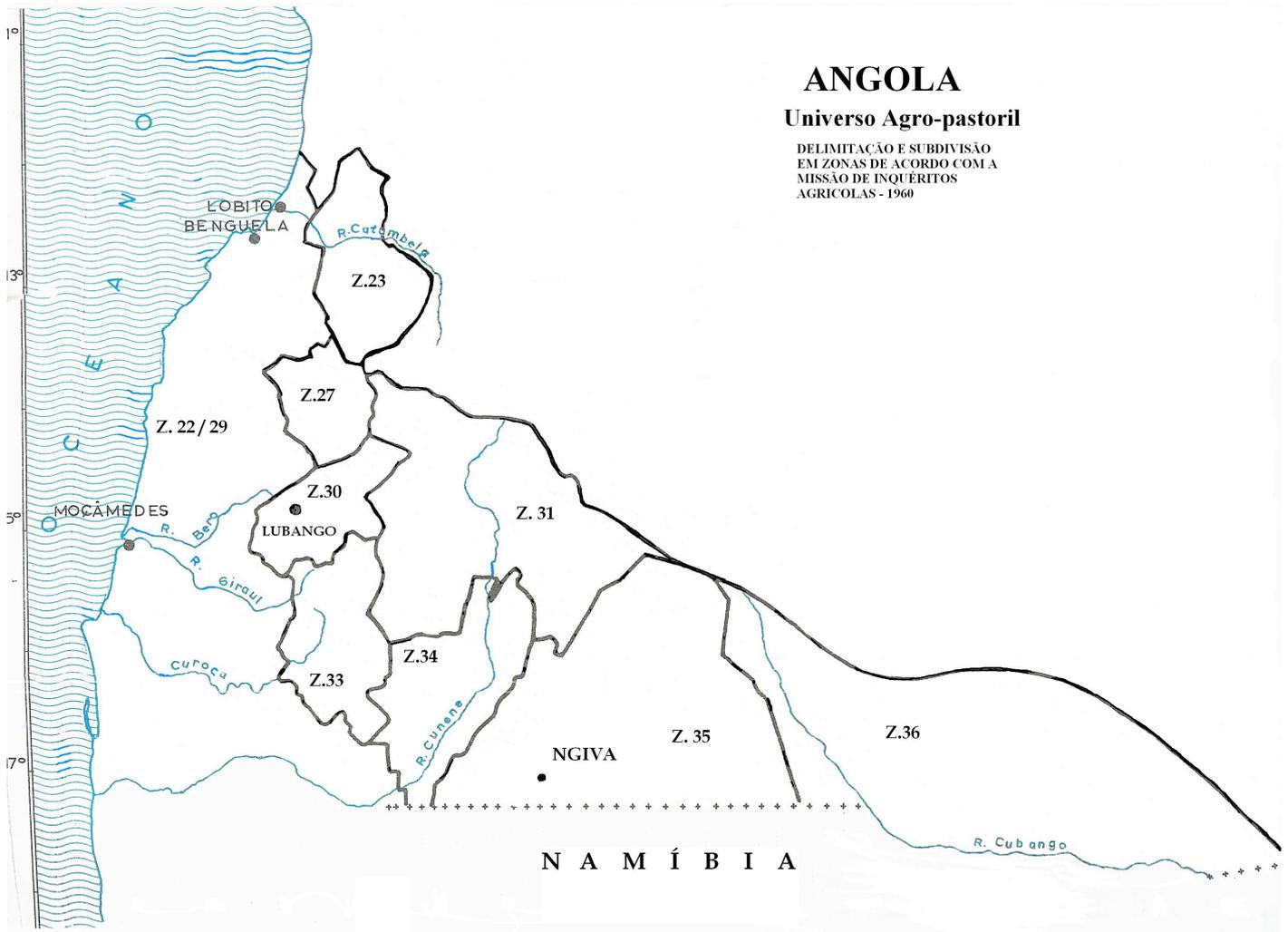
<sup>cxci</sup> Veja *ibid.*, p. 292. A proporção correspondente, no “universo agrícola”, foi de 74%. Veja *ibid.*, p. 34.

<sup>cxci</sup> O inquérito “rural” indicou que no cilongo Ntano apenas 4% dos chefes de família se consideravam católicos, considerando-se os outros não-cristãos; no cilongo Kalei, havia 14% de católicos e 2% de protestantes, sendo os outros não cristãos.

<sup>cxci</sup> Também a este respeito, é expressiva a diferença em relação à Ovambolândia onde existe até uma camada importante de “assimilados”. Veja Töttemeyer 1978.

<sup>cxci</sup> Na linguagem de Clignet 1970, o processo havia sido de uma assimilação selectiva de elementos “culturais” portugueses, por parte dos agropastores, e tinha chegado a um ponto onde se pode falar de um processo incipiente de acomodação aos padrões portugueses.

## ANEXO



### AGRADECIMENTO

Agradece-se a elaboração do mapa a Maria Luísa Figueira